

A PRODUÇÃO NÃO TIPICAMENTE CAPITALISTA: DIVERSAS ABORDAGENS

Beatriz Azevedo

Economista, Especialização em Planejamento do Desenvolvimento Regional pela CETREDE (Ceará) cursando o Mestrado em Sociologia da UFRGS, Técnico da FEE.

Introdução

A expansão histórica do capitalismo, ao significar uma crescente expansão do regime de trabalho assalariado, tem implicado uma ampla destruição das relações de produção não tipicamente capitalistas. No entanto, a expansão da organização capitalista de produção não implicou em um total desaparecimento de formas organizativas preexistentes, mas sim em sua subordinação e adaptação às novas formas de trabalho que se tornam dominantes. À medida em que as novas atividades introduzem novas formas de organização nas unidades produtivas, as atividades preexistentes, embora ficando subordinadas a elas de modo imediato, não sofrem, necessariamente, mudanças em sua forma de organização. Pelo contrário, algumas atividades caracterizadas por relações de trabalho não tipicamente capitalistas subsistem e até emergem em função das necessidades dos novos pólos dinâmicos de acumulação.

No Brasil, apesar da rápida expansão industrial, a partir da década de 50, e a respectiva incorporação de mão-de-obra em setores capitalistas, ainda subsistem e se expandem atividades caracterizadas por formas produtivas e relações de trabalho não tipicamente capitalistas. A sobrevivência e expansão dessas atividades costumam ser associadas à existência de um amplo excedente relativo de força de trabalho nas economias urbanas. Tal excedente estaria relacionado ao alto índice de crescimento da oferta de mão-de-obra nas cidades, resultante de um tipo de desenvolvimento sustentado na heterogeneização da estrutura produtiva.

A partir de meados da década de 60, sucederam-se inúmeros debates na América Latina a respeito dos efeitos da expansão do capitalismo na periferia do sistema mundial. A ênfase era dada à questão da dependência e da marginalidade social, fenômenos estes vistos como resultado da reduzida capacidade de absorção de força de trabalho pelo sistema industrial dependente. A essa inexistência de dinamismo no capitalismo periférico atribuíam-se uma série de efeitos considerados negativos

nas esferas social e econômica, tais como subemprego, desemprego, utilização de tecnologia tradicional etc.

Este intenso debate resultou da situação que passou a caracterizar a América Latina, após a segunda Guerra Mundial, quando, então, se intensificou o movimento migratório campo-cidade, ao mesmo tempo em que a economia urbano-industrial, aí constituída, não criava um número suficiente de empregos, capaz de absorver produtivamente essa massa crescente de imigrantes rurais.

A explicação para a existência destas correntes migratórias em direção aos centros urbanos era dada por fatores de expulsão, ligados à estagnação rural e à modernização da agricultura, e por fatores de atração, exercidos pelas cidades. O primeiro grupo de fatores, ao relacionar-se à não disponibilidade física ou institucional de terras, dada a rígida articulação da estrutura agrária dos países dependentes em torno do complexo minifúndio-latifúndio, acarretava a expulsão de grandes parcelas da população rural que passavam, então, a buscar nas cidades uma fonte de ocupação e sobrevivência. Por outro lado, a impossibilidade de integrar tais contingentes rurais nas atividades urbanas modernas era explicada pelo caráter dependente do desenvolvimento industrial latino-americano. A dependência da estrutura industrial da América Latina correspondia um perfil industrial baseado na produção de bens característicos de uma economia de consumo desenvolvida, em resposta a um padrão de demanda altamente concentrador de renda. Tal produção implicaria, de um lado, em uma utilização intensiva de capital, dada a dependência com relação à tecnologia e capital importados, e, de outro, em uma desorganização das formas tradicionais de produção. Ambos estes efeitos produziram a chamada "marginalidade urbana". O primeiro deles por significar poupança no uso de mão-de-obra, e o segundo por liberar mão-de-obra que, nas condições em que se processa a industrialização, não será absorvida.

As características de que se reveste o desenvolvimento industrial nas sociedades latino-americanas, somadas à intensificação das migrações, faziam com que se acumulassem nas cidades uma parcela crescente de pessoas que, embora em idade de trabalhar, não encontrava emprego estável nas atividades capitalistas do setor urbano. Assim, o que as teorias sobre marginalidade urbana tentam demonstrar é que esse contingente, ao ver-se impossibilitado de integrar-se nos segmentos capitalistas industriais, acaba subempregando-se em ocupações instáveis e consideradas improdutivas, ou permanece desempregada. O resultado disso tudo traduz-se na expansão de desempregados e subempregados, vivendo em condições de extrema miséria, paralelamente à proliferação de favelas e vilas nas periferias urbanas e à emergência de um Terciário com características peculiares.

A partir deste contexto, surgem vários trabalhos cuja preocupação principal consiste em entender, mais profundamente, como se dá o processo de acumulação nos países periféricos e, mais especificamente, investigar o papel, no interior da economia urbana, das atividades organizadas em moldes não tipicamente capitalistas, onde se ocupa, instavelmente, uma significativa parcela da população que vive em condições precárias.

A questão que se pretende discutir, neste texto, é a definição destes setores considerados marginalizados socialmente, numa tentativa de configurar sua abrangência em termos de ocupações urbanas.

Trata-se, aqui, de retomar alguns aspectos desenvolvidos em diversas abordagens voltadas à reflexão deste tema, a fim de identificar quais os tipos de ocupações consideradas típicas desse setor menos privilegiado da economia urbana, bem como as funções e as principais características a eles atribuídas.

Embora os enfoques sejam bastante heterogêneos, dada a grande diversidade quanto ao ponto de partida de cada análise, há em todos os trabalhos examinados um denominador comum, ou seja, a preocupação em entender como e porquê se dá a expansão dessas atividades não tipicamente capitalistas, depositárias da grande massa desqualificada da força de trabalho alocada nas cidades.

Tomando-se como objeto de investigação a produção não tipicamente capitalista da economia urbana, será possível detectar uma situação que reveste de caracteres específicos o funcionamento dessas atividades não baseadas no trabalho assalariado. Estas especificidades, embora individualmente nem sempre exclusivas a esse tipo de atividades, seriam as condições precárias de trabalho, baixa produtividade, extrema miséria, marginalização em relação às políticas governamentais etc. São estas peculiaridades, acrescidas do fato de que tendem a continuar importantes sob o ponto de vista do emprego, que definem e diferenciam estas atividades no interior da economia urbana e justificam uma reflexão relativa ao seu funcionamento.

Finalizando, convém esclarecer que este texto se insere em uma proposta de trabalho mais ampla que reunirá uma seqüência de estudos sobre o tema e cujo objetivo principal é dar continuidade à discussão de questões relacionadas ao segmento não tipicamente capitalista da economia urbana.

I — As Diversas Abordagens

O Terciário “Inchado”

A referência inicial deve pertencer ao trabalho de F. Oliveira — “Crítica à Razão Dualista”¹ —, no qual ele procura explicar a existência de um razoável contingente de serviços realizados à base do uso intensivo de força de trabalho e, portanto, de reduzida capitalização, na fase pós-30 da economia brasileira, quando então se dá o arranque da industrialização. Este trabalho constitui-se em um marco importante para uma reflexão teórica que não mais pensasse tais serviços como im-

¹ OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebap*, São Paulo, Brasileira de Ciências, (2), out. 1972.

produtivos, consumidores de excedente e, portanto, contraditórios com o processo de expansão da acumulação de capital. Embora ele parta de um exame mais amplo a nível de comportamento do setor Terciário brasileiro como um todo, é possível localizar, em sua análise, a ênfase a um grupo de atividades voltadas à produção de bens e/ou serviços que, opondo-se aos demais, tem como base um padrão não capitalístico de crescimento.

Retrucando a tese da "inchação" do Terciário, que vê o setor como uma anomalia no processo de crescimento econômico, o autor demonstra que a produção de determinados serviços, como os de Intermediação Financeira, Publicidade etc., representa, também, trabalho socialmente necessário para a reprodução das condições do sistema capitalista. De outro lado, mesmo certos tipos de serviços estritamente pessoais, prestados diretamente ao consumidor e até no interior da economia doméstica (lavagem de roupas, preparo da alimentação etc.), podem revelar uma forma disfarçada de exploração que reforça a acumulação, à medida em que, se fossem prestados fora do ambiente familiar exigiriam uma infra-estrutura tal que a pobre base de acumulação capitalística das cidades brasileiras não poderia suportar.

A percepção de que a existência de determinados serviços, longe de ser um peso morto na formação do produto da economia brasileira, faz parte de sua própria dinâmica de acumulação² se origina de um posicionamento crítico mais amplo frente às teses duais-estruturalistas, para as quais a oposição entre um setor atrasado e um setor moderno caracterizava a singularidade da formação histórico-econômica da América Latina. F. Oliveira pretende demonstrar que tal dualidade, além de não se sustentar como singularidade, à medida em que se encontra em quase todos os sistemas e em quase todos os períodos, constitui-se, na maioria dos casos, em um aspecto formal, pois "de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado' (...)"³. Em decorrência, a própria noção cepa-

² F. Oliveira parte da hipótese de que "o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma 'inchação', nem de nenhum segmento 'marginal' da Economia." Op. cit. nota 1. p.27.

³ "Não é estranha a simbiose entre a 'moderna' agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? Qual é o volume de comércio de certos produtos industrializados (...) que é realizado pelo comércio ambulante das ruas centrais de nossas cidades? Qual é a relação que existe entre o aumento da frota de veículos particulares em circulação e os serviços de lavagem de automóveis realizados braçalmente? Existe alguma incompatibilidade entre o volume crescente da produção automobilística e a multiplicação de pequenas oficinas destinadas à reprodução dos veículos?"

OLIVEIRA, op. cit., nota 1, p. 7-8, 29-30

lina de subdesenvolvimento desgasta-se, uma vez que este passa a ser visto como uma “produção” necessária à expansão do capitalismo.

Localizando o caso brasileiro, o autor comprova que, no período pós-30, a expansão do capitalismo no Brasil se dá mediante a introdução de relações novas no arcaico e a reprodução de relações arcaicas no novo, o que, segundo ele, seria uma maneira de compatibilizar o processo de acumulação, já que o primeiro movimento acarretaria a liberação de força de trabalho, a qual iria alimentar a acumulação industrial-urbana, enquanto o segundo preservaria o potencial de acumulação voltado exclusivamente para a expansão do próprio novo.

Assim, a existência de um contingente razoável de serviços, realizados à base do uso intensivo de força de trabalho, remunerada a níveis baixíssimos e de reduzida capitalização, foi a forma encontrada para o crescimento do terciário, de modo que este não concorresse com os fundos disponíveis para a acumulação industrial. “O elemento estratégico para definir o conjunto das relações na economia como um todo passou a ser o tipo de relação de produção estabelecido entre o capital e o trabalho na indústria”. Disto resulta a criação de um padrão não tipicamente capitalista de reprodução e apropriação do excedente no setor Serviços. “A especificidade particular de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga ‘periferia’, onde predominam padrões não-capitalísticos de relação de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema”⁴.

O importante a reter aqui é que tal padrão de crescimento de alguns segmentos do Terciário responde a necessidades específicas do capital e, portanto, não pode ser considerado como uma disfunção ou anomalia. Antes de mais nada, os moldes não tipicamente capitalistas com base nos quais se desenvolvem os serviços terciários, que agregam a grande massa da população urbana semi ou desqualificada, são, de alguma forma, estratégicos para a acumulação de capital.

“(. . .) a aparência de ‘inchação’ esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, ‘mais-valia’ em síntese.”⁵

Para F. Oliveira, portanto, esse tipo de serviço não se constitui apenas em um depositário do exército industrial de reserva, mas é adequado para o processo global de acumulação, reforçando, inclusive, a tendência para a concentração de renda.

⁴ OLIVEIRA, op. cit., nota 1, p. 40

⁵ Ibidem, p. 29.

Marginalidade

Um dos empregos mais antigos do termo "marginal" se dá na teoria da personalidade marginal⁶. Nesta concepção, a marginalidade poderia manifestar-se em indivíduos submetidos a sistemas de valores e de tradições divergentes de duas culturas antagônicas. O indivíduo marginal seria aquele, então, pertencente à cultura dominada que, ao mesmo tempo em que mantém as características de membro desta cultura, adota os valores da cultura dominante. Resulta daí sua rejeição por ambos os grupos e o desenvolvimento de uma personalidade dualista, instável e dilacerada. Os estereótipos da marginalidade, nesta concepção, seriam os indígenas latino-americanos, negros e judeus.

Há um certo parentesco entre essa abordagem e os escritos posteriores acerca da Cultura da Pobreza (Oscar Lewis), onde a marginalidade é vista como um fenômeno psicológico de alheamento e de dependência, oriundo da pobreza. Em suma, a marginalidade aqui é vista como um desvio individual de comportamento que tende, com o tempo, a ser superado.

Entretanto o uso mais freqüente do termo marginal na literatura latino-americana não se refere à personalidade individual, mas sim à situação social de determinados grupos. Nesta corrente, encontram-se várias abordagens. Uma delas enfatiza as características que permitiriam identificar, empiricamente, os segmentos marginais da população e que se subdivide em muitas variantes, conforme o critério utilizado como definidor da condição marginal, quais sejam habitacional, sanitário, educacional etc. As referências mais antigas à situação social marginal aparecem, na verdade, em análises voltadas à interpretação do intenso processo de urbanização que vem-se verificando na América Latina, tendo como resultado a multiplicação de centros urbanos, conjuntos habitacionais pobres etc. Neste sentido, a noção de marginalidade está ligada, em sua origem, à localização periférica das habitações pobres, perdendo somente mais tarde esta conotação espacial.

Em todas essas abordagens, entretanto, ao definir-se marginalidade tão-somente pela situação de vida de algumas camadas populacionais, nada se explica, já que não se transcende este conjunto restrito de configurações, ignorando-se um universo explicativo mais abrangente.

À medida em que a marginalidade passa a ser equacionada em termos macro-

⁶ Este histórico da marginalidade baseou-se, principalmente, nas compilações sobre o tema realizadas por:

HOFFMANN, Helga. *Desemprego e subemprego no Brasil*. São Paulo, Ática, 1974. (Ensaio, 24)

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

econômicos e, deste modo, relacionando-se à temática do “desenvolvimento-sub-desenvolvimento”, surgem duas vertentes explicativas. De um lado, o modelo funcionalista, que incorpora a teoria da modernização para interpretar a mudança social. Ao partir do pressuposto teórico de que as diversas partes da sociedade possuem funções, as quais contribuem para manter o equilíbrio social, encara as várias expressões da marginalidade como desajustes a serem superados pelo desenvolvimento. A teoria da modernização, utilizando os pressupostos funcionalistas, busca definir tais desajustes, caracterizando a marginalidade como a persistência de setores tradicionais em relação aos modernos. A polarização da sociedade, em termos de setores arcaicos e avançados, resulta de uma visão dual-estrutural da marginalidade, onde esta se define pelo fato de não reunir o conjunto de características existentes no pólo integrado.

A esta visão de marginalidade como exclusão, não integração, se contrapõe a segunda abordagem, que considera tal fenômeno como justamente uma forma de inserção no sistema e, deste modo, tenta explicá-lo a partir das características de seu funcionamento. A marginalidade é entendida como algo dentro do sistema e como um dos ingredientes do seu dinamismo. É nesta linha de interpretação que se insere Kowarick⁷, cujo trabalho acerca da marginalidade na América Latina representa um avanço em relação às demais abordagens sobre o tema.

Ao contrapor-se aos enfoques parciais que vêem o fenômeno da marginalidade como exclusão dos indivíduos de um sistema social, Kowarick propõe, como alternativa de análise, a visão da marginalidade como processo que decorre, basicamente, de formas peculiares de inserção no sistema produtivo. Kowarick detecta, no capitalismo latino-americano, fenômenos distintos no que tange à marginalidade, em decorrência de sua própria situação dependente, a qual determinaria um tipo peculiar de desenvolvimento, cujas características essenciais seriam a superexcludência e a criação e manutenção de relações de produção “arcaicas”. Superexcludência porque o grau de dinamismo industrial estaria gerando um número reduzido de empregos, impossibilitando a integração de boa parte da força de trabalho nos setores dinâmicos da economia urbano-industrial.

Essa marginalização deve-se, também, “ao progressivo declínio de certos ramos de atividade produtiva, frente a outros de grande tecnologia e de grande rentabilidade para os monopólios estrangeiros. Isto é, os fatores que conduzem de modo inevitável à marginalização da população urbana, nestas condições, não são somente as tendências redutivas do mercado de trabalho das novas empresas industriais, mas também a relativa marginalização de certos ramos de produção dentro do novo es-

⁷ KOWARICK, op. cit., nota 6

queima de industrialização dependente".⁸ Por outro lado e relacionado com isto, ter-se-ia a preservação e mesmo criação de atividades baseadas em formas não tipicamente capitalistas de produção.

Tais características, inerentes ao desenvolvimento dependente, imprimiriam implicações distintas à questão da marginalidade na América Latina. De um lado, tem-se a reduzida absorção da mão-de-obra em atividades tipicamente capitalistas, uma vez que grande parte da força de trabalho liberada das relações de produção "tradicionais" não é transformada em assalariada. Esta força de trabalho sobran-te irá operar, então, sob as chamadas "novas" relações de produção "arcaicas" que constituem uma parte considerável das atividades terciárias: ocupações autônomas no comércio de mercadorias, pequenos serviços de reparação e manutenção, empregos domésticos remunerados, desempregados, subempregados e trabalhadores urbanos ocasionais ou intermitentes. De outro lado, mesmo com a expansão do capitalismo, subsistem certas atividades urbanas com base em relações de produção não tipicamente capitalistas, tais como o artesanato e a indústria a domicílio.

Cabe aqui explicitar melhor o significado da categoria "trabalhador marginal", objeto de estudo de Kowarick. "O conceito de marginalidade que procuramos desenvolver é equacionado em termos do processo de inserção no sistema produtivo. Semelhante colocação implica o descarte de outros critérios, eleitos por bom número de análises, em que o baixo nível de remuneração constitui o aspecto definatório básico e, como consequência deste, os precários padrões do consumo material e cultural."⁹

Isto significa que os trabalhadores marginais, ao constituírem uma força de trabalho que não é absorvida pelas formas tipicamente capitalistas, não estão sujeitos a um tipo de exploração ligada à produção de mais-valia. Ao contrário, sua inserção nas margens do sistema produtivo supõe a existência de tipos de exploração distintos daqueles que caracterizam a parcela "integrada" da classe trabalhadora.

Para Kowarick, sua existência é essencial ao capitalismo, pois este tipo de trabalho não é somente fecundado pelo sistema como também se encontra estruturalmente articulado a ele.

"(. . .) tanto a manutenção destas formas 'tradicionais', como a criação de 'novas' são parte integrante de um modo de produção que, não obstante ser em sua dinâmica essencialmente de corte nitidamente capitalista, no processo de sua acumulação, as articula e delas se alimenta. Em outros termos, não se trata de duas estruturas, uma 'moderna' e outra 'tradicional', 'arcaica' ou 'marginal'. Trata-se de uma única lógica estrutural, de tipo capitalista, a qual ao mesmo tempo gera e mantém formas

⁸ OBRAON, Anibal Quijano. Dependência, câmbio social y urbanización en Latinoamerica. *Revista Mexicana de Sociologia*, 30(3), jul./set. 1968, apud KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁹ KOWARICK, op. cit. nota 6. p.84.

de inserção na divisão social do trabalho não tipicamente capitalistas que longe de serem um peso morto constituem partes integrantes do processo de acumulação".¹⁰

Uma idéia importante contida aqui é que o desenvolvimento do tipo capitalista compreende uma única lógica estrutural que, ao reunir formas desiguais e combinadas, recria modalidades produtivas não tipicamente capitalistas (artesanato e indústria a domicílio) e cria novas formas não tipicamente capitalistas (trabalho autônomo no setor terciário, como vendedores ambulantes, serviços de reparação e conservação, vigilância etc.).

Neste sentido, o enfoque dado à marginalidade, por Kowarick, não estaria revestido de um sentido de exclusão, de não-participação ou de disfunção em relação ao sistema econômico, como se pode confirmar em sua definição de trabalhadores marginais.

"Os trabalhadores-marginais participam de unidades produtivas cujo arcaísmo tecnológico e das relações de trabalho dificilmente permite defini-las como tipicamente capitalistas. Por outro lado, pode-se também apontar como marginais àqueles que trabalham por conta própria."¹¹

Em resumo, a caracterização de trabalhadores marginais, sob o enfoque de Kowarick, é dada tão-somente pela forma com que se insere nas estruturas produtivas. Mais especificamente, a marginalidade se configuraria quer pela não-participação na produção de mais-valia (atividades autônomas), quer pelos trabalhadores presentes nas unidades artesanais, indústria a domicílio ou, quer ainda, pela mão-de-obra intermitente, ou seja, aquela que é incorporada e expulsa ciclicamente das empresas capitalistas.

Informalidade

Com a finalidade de explicitar melhor sua análise, Kowarick acaba por introduzir as categorias de mercado formal e mercado não formalizado de trabalho, conforme a metodologia proposta por Luiz Antonio Machado da Silva¹², em seu estudo sobre os mercados metropolitanos de trabalho manual, nas cidades de Recife, Salvador, Fortaleza e, em especial, Rio de Janeiro. Neste trabalho, L.A. Machado da Silva distingue os mercados formal e informal de trabalho, baseando-se no fato de as atividades aí incluídas proporcionarem ou não uma certa proteção jurídica e reconhecimento social.

¹⁰ KOWARICK, op. cit. nota 6. p.61.

¹¹ Ibidem, p.86.

¹² SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971. (Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social)

Por mercado formal de trabalho, entende-se um tipo de emprego que geralmente apresenta uma definição legal, caracterizando-se por ser estável, no sentido de ser contínuo e regular, e pelo fato de o trabalhador vender sua força de trabalho a um único empregador. Por seu lado, o mercado não formal abrangeria uma gama variada de ocupações¹³ que são exercidas sem o reconhecimento jurídico e nas quais não se verifica a presença de um único empregador, mas uma multiplicidade de "patrões"¹⁴, ou seja, os consumidores dos serviços prestados pelos indivíduos integrados nesta categoria de trabalho.

Outras características seriam a flexibilidade, em termos do preço dos serviços prestados e a instabilidade, no que se refere à continuidade do trabalho. A "invisibilidade" legal, juntamente com o forte significado econômico das relações pessoais, faz com que o mercado não formalizado de empregos se apresente como bastante flexível. Outra característica seria a segurança da ocupação, no sentido de que esta depende, sempre e apenas, do próprio trabalhador, dado que ele, pelo menos, não encontra restrições de ordem jurídico-institucional ou burocrática. No entanto isto não implica em "independência" do trabalhador, pois a característica típica das relações de trabalho no mercado formal é a substituição da proteção legal pelas tentativas de estabelecimento de laços de clientela. As características de flexibilidade do mercado não formalizado de empregos permitiriam, também, possibilidades de mobilidade individual bem mais generalizadas do que no caso do mercado formal, dadas as limitações de ordem legal e burocrática deste último. No mercado não formal, ao contrário, a perspectiva de mobilidade não está associada a riscos adicionais, necessidade de ratificação formal ou treinamento dentro das empresas.

Analisando a forma como se organizam as atividades incluídas em ambos os mercados de trabalho, L.A. Machado da Silva discorre sobre as vantagens comumente associadas ao mercado formal de trabalho e que contribuam, de certa maneira, para atrair trabalhadores. Dentre essas vantagens, destacam-se a "carteira assinada"¹⁵, o fato de fazer jus aos direitos e deveres previstos na Legislação Trabalhista, a existência de proteção salarial (salário mínimo, salário-família, décimo terceiro salário, férias remuneradas etc.), a proteção ao emprego, bem como benefícios liga-

¹³ Cabe ressaltar que o autor denomina diversamente a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, conforme seja este formal ou não formalizado. No primeiro caso, seria emprego e no segundo, ocupação.

¹⁴ A expressão "patrões", para designar os consumidores finais de serviços, parece estar sendo mal empregada, uma vez que entre eles e aqueles que prestam serviços não se verifica uma relação de assalariamento e, portanto, extração de mais-valia.

¹⁵ Expressão utilizada para indicar que o contrato foi transcrito na carteira de trabalho do empregado, assinada pelo empregador e registrado no Ministério do Trabalho.

dos à previdência social¹⁶. Além dessas vantagens diretamente vinculadas ao reconhecimento legal do trabalhador, a participação no mercado formal de trabalho apresenta algumas outras, tais como assistência médica, financiamentos etc.

Enfim, o emprego típico do mercado formal de trabalho proporcionaria, via de regra, proteção legal e reconhecimento social, embora não se possa afirmar que ele se componha, exclusivamente, de empregos desse tipo, pois persiste um enorme volume de irregularidades jurídicas nas suas relações de trabalho. Existem diversos tipos de fraudes a que recorrem as firmas legalmente registradas — prática de “venda” total das férias, registro de “contrato-fantasma¹⁷ de trabalho” etc. —, todos eles dizendo respeito a recursos legais que ocorrem dentro das normas jurídicas que organizam e regulam as relações formais de trabalho. Apesar destas irregularidades, o trabalhador ainda conservaria o reconhecimento legal de sua atividade, embora tivesse seus direitos lesados. Há casos, entretanto, em que esse reconhecimento é parcial ou inexistente, embora a unidade produtiva se encontre regida, aparentemente, por relações formais de trabalho. Um exemplo comum é a recusa de uma empresa em assinar a carteira de trabalho do empregado, evitando com isso a criação de vínculos empregatícios legais e, em decorrência, despesas adicionais com encargos trabalhistas. No entanto, o tratamento recebido pelo trabalhador é idêntico ao do que possui a situação perfeitamente legalizada, exceto quanto aos benefícios da previdência social e ao reconhecimento social.

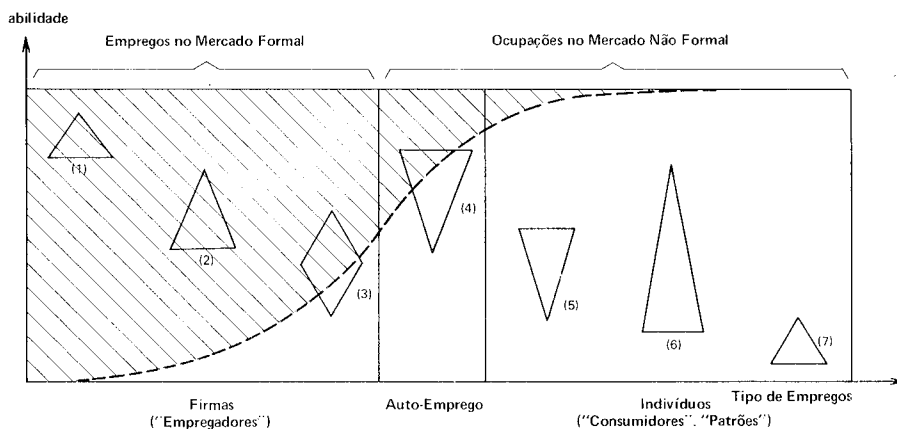
Para L.A. Machado da Silva existe, ainda, uma diferença básica entre os mercados formal e informal de trabalho, a qual se refere à propriedade dos instrumentos de trabalho utilizados. Assim, embora ambos os mercados refiram-se à venda de força de trabalho, é só no mercado formal que ela se apresenta em “estado puro”, isto é, cabe à empresa encarregar-se de proporcionar os instrumentos e condições necessárias ao trabalhador para o desempenho de suas tarefas. Ao contrário, no caso do mercado não formal, para vender seu trabalho, o próprio trabalhador precisa possuir seus instrumentos de trabalho.

A ocupação típica do mercado não formal de trabalho, segundo o autor, seria o “biscate”, uma vez que apresenta condições de trabalho nas quais se verifica mais intensamente o caráter de informalidade. Nesta categoria, incluir-se-iam aqueles que, embora possam possuir um certo treinamento, têm seu mercado de trabalho

¹⁶ Deve-se observar que os benefícios proporcionados pelo INAMPS não são exclusivos aos trabalhadores assalariados, mas estendem-se também a empresários, profissionais liberais e trabalhadores autônomos, desde que a atividade econômica do interessado seja reconhecida legalmente. Por outro lado, há o caso da empregada doméstica que, mesmo tendo carteira assinada, não goza desses benefícios.

¹⁷ Segundo este contrato, geralmente o empregado exerce funções não qualificadas, recebendo, em consequência, salário mínimo, quando, na verdade, as funções efetivamente desempenhadas por ele são qualificadas, às quais equivaleria, portanto, um salário mais elevado.

caracterizado por uma alta oferta de trabalho (caso da construção civil), aqueles que apresentam conhecimentos incompletos de profissões de alta procura (serviços de manutenção da indústria automobilística), ou, ainda, aqueles sem nenhuma qualificação (trabalhador braçal). Outros tipos de ocupação seriam o trabalho autônomo, que inclui o trabalho por conta própria com a situação regularizada, e as atividades domésticas. Quanto aos trabalhadores por conta própria, são indivíduos que apresentam um bom treinamento em profissões de alta procura e baixa oferta de força de trabalho (mecânicos de automóveis, marceneiros etc.). Considerando que existe uma intensa mobilidade de mão-de-obra entre o mercado formal e o mercado não formal, bem como entre os tipos de emprego/ocupação no interior de cada um deles, e ainda que é comum o exercício paralelo de mais de um tipo de emprego/ocupação, L.A. Machado da Silva sugere a necessidade de considerar com reservas qualquer tratamento muito polarizado de mercado urbano de trabalho. Em função disso, ele estabelece as relações entre ambos os mercados através de um gráfico¹⁸, onde, segundo ele, pode-se visualizar o “continuum de empregos”, mas onde, paradoxalmente, estão colocados em pólos opostos os mercados formal e não formalizado de trabalho.



¹⁸ SILVA, op. cit., nota 12, p. 54

- (1) Empregos Públicos
- (2) Empregos Privados (firmas de grande porte)
- (3) Empregos Privados (firmas de pequeno porte)
- (4) Ocupações por conta própria
- (5) Ocupações em biscates
- (6) Empregos Domésticos
- (7) Serviços Domésticos

Notas: 1. A zona hachurada corresponde à subordinação ao aparato jurídico-institucional. 2. A linha tracejada representa a legislação trabalhista e tributária como principal responsável pela diferenciação entre o Mercado formal e Mercado não formal. 3. As figuras geométricas representam a variação interna na estabilidade em cada situação de trabalho e as respectivas proporções dos trabalhadores nos diversos níveis de estabilidade. Ex.: poucos empregados domésticos (6) têm estabilidade muito maior que os ocupados em biscates, mas, para a maioria, a estabilidade é menor que o mais instável biscate.

Analisando os aspectos gerais relativos às situações de trabalho apresentadas por ambos os mercados, o autor conclui que os empregos no mercado formal se caracterizariam por proporcionarem ao trabalhador uma renda determinada por normas jurídico-institucionais, o que evitaria as preocupações com a estabilidade¹⁹.

Já as ocupações no mercado não formal de trabalho trariam uma certa margem de tensão representada pela responsabilidade pessoal no preenchimento do tempo de trabalho. Além disso, o nível de renda seria determinado pela habilidade da atuação pessoal do trabalhador.

É importante lembrar aqui que o critério “forma de organização”, em termos de vinculação ou não das atividades produtivas a um aparato legal, se constitui no elemento original e básico da dicotomização analítica que distingue os mercados formal e informal de trabalho, ainda que em análises mais recentes tenham sido acrescidos outros caracteres definidores. Dentre essas análises, distinguem-se os trabalhos de Paulo Renato Souza e Victor Tokman, Clóvis Cavalcanti e Henri Coing cujas análises, entretanto, se diferenciam por apresentarem, sob ângulos diversos, a questão da informalidade.

“(. . .) as atividades informais distinguem-se, geralmente, das outras, também por aspectos tais como escala mínima da unidade, utilização intensiva de mão-de-obra, ausência de vínculo empregatício, operações descontínuas ou caráter inter-

¹⁹ O autor entende por estabilidade a possibilidade de o trabalhador ocupar economicamente o tempo útil disponível sem interrupções.

mitente da atividade (tarefeiros, por exemplo), além da competitividade, caracterizada pela extrema facilidade de entrada de novas unidades no mercado”²⁰.

É justamente esta última característica — facilidade de entrada — que Paulo Renato Souza e Victor Tokman²¹ identificam como o traço mais geral relativo ao funcionamento deste tipo de atividades, em consequência do fato de ser o setor informal o depositário do excedente relativo da força de trabalho. A facilidade de entrada faria com que a renda média dos ocupados neste setor dependesse não só do tamanho do mercado a que destina sua produção, mas principalmente do número de trabalhadores aí alocados. A renda média funcionaria, em última análise, como uma variável do ajuste que determinaria a quantidade dos ocupados no setor.

Para esses autores, o grau de facilidade de entrada dependeria tanto de fatores tecnológicos, como da estrutura de mercado em que se inserem os diversos segmentos da produção informal, e essas duas condições, determinantes da facilidade de entrada, definiriam o caráter de informalidade das atividades.

A partir do determinante tecnológico, a informalidade seria dada pela reduzida capitalização das atividades, pequeno tamanho das unidades produzidas e por sua organização não formal.

A partir destas características, definir-se-iam os setores, conforme a natureza das suas relações de produção, distinguindo-se o setor informal pelo fato de nele não ocorrer uma divisão entre proprietários do capital e do trabalho e, conseqüentemente, o salário não se constituir em uma remuneração do trabalho. Em contrapartida, nas atividades organizadas formalmente, prevaleceriam as relações capitalistas, diferenciando-se a propriedade do capital e a do trabalho.

No entanto, para os autores, essas condições — escassa organização, tecnologia simples ou reduzida diferenciação na propriedade dos meios de produção — não seriam suficientes para definir a parcela da população que vive em condições de pobreza, à medida que, ao mesmo tempo em que identificam o setor não-organizado, acabam por incluir, também, atividades cuja execução permite obter um nível satisfatório de renda. Como ambos os setores — formal e informal — destinam sua produção ao mercado, outro determinante de suas características seria dado pelo tipo de estrutura de mercado em que se inserem, no sentido de que a informalidade seria limitada às atividades existentes em estratos de mercado onde se pudesse verificar a facilidade de entrada. Embora essa condição só se verifique plenamente em um mercado com características de concorrência perfeita, é possível encontrar em um

²⁰ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha: análise do setor terciário no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1979. v.5, t.1, p.10.

²¹ SOUZA, Paulo R. & TOKMAN, Victor E. O problema ocupacional: o setor informal urbano. In: AMERICA Latina: ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

mercado oligopólico, aparentemente único, franjas diferenciadas onde predomine uma certa competitividade²².

A delimitação das atividades informais seria dada pela reunião dessas duas condições que determinam a facilidade de entrada (tecnologia e estrutura de mercado), uma vez que permitem distinguir os setores que dão ocupação a grupos com rendas insuficientes.

"Em resumo, o setor informal é, portanto, constituído do conjunto de empresas e/ou pessoas ocupadas em atividades não organizadas²³ que utilizam processos tecnológicos simples e que se encontram, além disso, inseridas em mercados competitivos ou na 'base' da estrutura produtiva, no caso dos mercados oligopólicos concentrados"²⁴.

São identificadas, também no setor informal, duas características econômicas²⁵. A primeira delas, resultante das próprias características de funcionamento do setor, seria a inferioridade dos níveis médios de renda percebidos pelos ocupados nas atividades informais em relação ao setor formal. Mais do que isto, são reduzidas as possibilidades do aumento desses níveis de renda no mesmo ritmo de crescimento da ocupação do setor, visto que estas atividades tendem a perder posição relativa em um mercado oligopolizado em expansão. Isto deve-se ao fato de que, como as pequenas empresas estão impossibilitadas de produzirem bens e serviços em grande escala, sua subsistência nas franjas de um mercado oligopolizado é garantida somente enquanto o tamanho do mercado não viabilizar a penetração e instalação de grandes empresas.

²² Os autores fazem uma distinção entre duas formas em que podem-se apresentar os mercados oligopólicos, de modo a explicitar melhor os espaços intersticiais por onde penetram as atividades informais. A primeira forma constituir-se-ia no mercado oligopólico concentrado, onde predomina um reduzido número de grandes empresas que mobilizam o mercado. A segunda forma seria o oligopólio diferenciado, onde existem mercados específicos, determinados pelas diferenças de qualidade do bem produzido. A partir desta distinção, admitem a possibilidade de inserção da produção informal na "base da pirâmide de oferta" dos mercados oligopólicos concentrados.

²³ Aqui, o sentido de não-organização refere-se não só à ausência de organização em termos capitalista, isto é, não distinção entre a propriedade do trabalho e do capital, mas também à falta de organização jurídica, incluindo, aí, mesmo empresas de pequeno porte, que, apesar de capitalistas, não obedecem à legislação social.

²⁴ SOUZA, op. cit., nota 21, p. 156

²⁵ Embora as características apresentadas para o setor informal resultem de uma pesquisa realizada em quatro países latino-americanos (Equador, El Salvador, Paraguai e República Dominicana), elas podem ser, em certa medida, consideradas como atributos gerais da informalidade.

A segunda característica econômica seria a concentração de ocupações informais em determinadas atividades como o comércio, a indústria manufatureira (alimentação, confecções, calçados e móveis) e os serviços pessoais. Nos dois primeiros casos, como o mercado é oligopólico ou se encontra em vias de se tornar oligopólico, não haveria perspectivas de crescimento das atividades informais aí localizadas. No caso dos serviços pessoais, embora se apresentem perspectivas favoráveis no que se refere à existência de um mercado competitivo, sua demanda global não apresenta uma tendência significativa de crescimento.

Em trabalho posterior²⁶, P.R. Souza propõe uma abordagem alternativa para análise da ocupação urbana, a partir da diferenciação entre atividades tipicamente capitalistas e atividades não tipicamente capitalistas. Os caracteres definidores do primeiro grupo de atividades seriam o fato de a produção estar voltada para o mercado, a desvinculação do dono da empresa da atividade produtiva e a existência do trabalho assalariado. As demais atividades não tipicamente capitalistas seriam agrupadas nas seguintes formas: a) formas de organização mercantis simples (particularmente, as empresas familiares); b) os trabalhadores por conta própria subordinados (os quais, formalmente, são considerados trabalhadores autônomos, mas, na verdade, produzem ou prestam serviços a uma única empresa, recebendo em troca, comissões); c) os pequenos vendedores de serviços ("biscateiros", vendedores ambulantes, engraxates etc.); d) o serviço doméstico. O autor chama atenção, também, para um conjunto especial de unidades econômicas que, embora apresentem um comportamento semelhante ao das empresas familiares, utilizam, permanentemente, mão-de-obra assalariada. São as chamadas quase-empresas capitalistas.

Em seu trabalho sobre as características das atividades informais no mercado metropolitano de Salvador-Bahia, Clóvis Cavalcanti²⁷ conclui que os limites do setor informal são determinados não só pela situação jurídica das atividades, mas também pelo nível de remuneração percebido pelos indivíduos aí ocupados²⁸ e pela forma como se processa sua ocupação. Ele faz uma ressalva no sentido de que, embora a baixa remuneração não implique, necessariamente, em atividade informal, ao se observar a proporção da população economicamente ativa alocada na prestação de serviços (incluindo-se aí empregados domésticos, cozinheiros, garçons, barbeiros, cabeleireiros, lavadeiras e engomadeiras, além de uma pequena parcela de

²⁶ SOUZA, Paulo R. **Salário e mão-de-obra excedente**. Porto Alegre, EMMA, 1979. (Trabalho apresentado no VI Congresso Nacional de Economia), Gramado, 1979.

²⁷ CAVALCANTI, Clóvis. **Estratégia de sobrevivência da pobreza urbana: uma característica das atividades informais de Salvador — Bahia**. [s. n. t.] (mimeo)

²⁸ Cabe ressaltar que, embora seguindo uma linha diversa de análise, P.R. Souza e V. Tokman, tal como C. Cavalcanti, consideram o critério "renda" como elemento característico da informalidade.

outras ocupações), é possível sentir a natureza do trabalho que aí se localiza e o nível correspondente de remuneração. Com base em dados levantados, ele chega à suposição de que um terço das pessoas economicamente ativas da área metropolitana de Salvador se encontra inserido no setor informal, o qual inclui as atividades ligadas à prestação de serviços, construção civil, certas atividades industriais e comércio ambulante.

Assim, para o estudo da oferta de mão-de-obra no setor informal, o autor propõe como melhor alternativa, na ausência de cadastros e outras fontes de identificação de pessoas, a busca da população que se encontra na classe de renda abaixo de dois salários mínimos, a qual tende a se aglomerar nos espaços urbanos onde o custo de manutenção da família é reduzido. Esta população tenderia a ligar-se ao setor informal, onde encontraria ocupação auxiliada por laços de amizade e parentesco, conforme as conclusões obtidas através da pesquisa em Salvador.

Baseando-se em uma pesquisa realizada na região metropolitana de Salvador, C. Cavalcanti mostra que a proporção de famílias com renda baixa — isto é, limitadas pela linha dos dois salários mínimos — subiu de 40,8 para 42,3% no período 1962 a 1971, sendo que as famílias que percebem menos de um salário mínimo e meio sofreram um acréscimo substancial de 16,5% para 19,5%, no mesmo intervalo de tempo. Observando que os pobres de 1962 ficaram ainda mais desprivilegiados em 1971, ele ainda ressalta o fato de que as famílias que recebem mais de 20 salários mínimos elevaram-se de 0,7 para 3,8% entre os dois anos considerados.

Face a esses dados, Cavalcanti conclui que deve ser este o cenário a ser considerado ao se tentar descobrir a “rationale” para as dimensões assumidas pelo setor informal salvadoreense. Para ele, é dentro deste contexto que se manifestam as atividades informais que nada mais seriam do que um fenômeno claramente indicativo de estratégia de sobrevivência da pobreza diante do limitado horizonte de opções de trabalho e renda oferecidos.

Numa tentativa de delimitar operacionalmente o setor informal, o autor cataloga como informais atividades onde: a) seja baixo o nível de produtividade e renda; b) ocorra intermitência do emprego; c) prevaleça o emprego autônomo ou sem vínculos jurídicos precisos; e d) não se apresente uma estrutura ocupacional do tipo capitalista moderno.

Utilizando-se de um diagnóstico urbanístico realizado em Salvador, C. Cavalcanti apresenta um conjunto de ocupações não-modernas ou informais que são agrupadas conforme o padrão abaixo:

A) Ocupações marginais:

- não empregável (mendigos);
- atividades criminais;
- serviços marginais semilegais (bicheiros).

B) Pequenos produtores (agrícolas, manufaturas rudimentares, semimanufaturas).

C) Pequenos artesãos.

D) Pequenos comerciantes.

E) Pequenos serviços:

- manutenção e reparos;
- serviços privados (empregados domésticos);
- serviços de circuito baixo (professores, barbeiros);
- serviços especiais.

F) Trabalhadores:

- não regulares (sazonais);
- regulares (pedreiros).

G) Atividades de classe média de baixo nível para o setor formal e governamental (trabalhadores de escritório, semiprofissionais etc.).

Mesmo enfrentando a dificuldade em distinguir uma unidade de produção informal, tendo em vista as circunstâncias em que os setores formal e informal se misturam e interagem, C. Cavalcanti elege como critério fundamental para sua caracterização da informalidade o tamanho da unidade produtora, isto é, o número de pessoas empregadas no estabelecimento, sejam elas assalariadas, proprietários, membros da família etc. Em função disso, uma unidade informal seria aquela onde estivessem alocados, no máximo, 10 indivíduos. Atesta-se, no entanto, a insuficiência deste critério como definidor da informalidade, visto que, ao lado destes estabelecimentos menores — individuais e familiares —, se encontram, também, unidades de porte médio e até grande para os padrões comumente observáveis no setor informal, o que faz com que se confundam com o setor formal. Neste caso, incluem-se algumas oficinas de conserto de automóveis, fábrica de móveis, sorveterias, ateliês de fundição etc.

O autor agrega, então, um elenco de referências que considera igualmente necessário para a identificação de uma unidade produtora informal. Dentre elas, destacam-se a presença de membros da família do proprietário da firma na força de trabalho da unidade produtiva, a não rigidez em termos de horários e dias de funcionamento, a ligação reduzida ou nula com o sistema de crédito, além de uma dependência mínima com relação às instituições financeiras formais, a venda preferencialmente direta ao consumidor, o baixo nível de instrução dos membros da unidade, a ausência de equipamento sofisticado e emprego reduzido de força motriz, a não standardização do produto elaborado pela unidade, o baixo preço dos bens e serviços ofertados etc.

As restrições que o próprio autor apresenta para a utilização desses indicadores como referências para a delimitação do setor informal consistem na sua impossibilidade de permitirem uma separação clara entre um setor formal periférico e o verdadeiro setor informal. E, ainda, por não permitirem a distinção, no interior do setor informal, de seus dois diferentes segmentos, isto é, entre aquele que não passa de um artifício para as pessoas sobreviverem (uma faixa que abarca a população voltada a ocupações totalmente irregulares e não-estruturadas, como as tarefas de guardar e lavar carros, recolher papéis etc.), e o outro segmento, onde atividades de

pequena escala, geralmente sem pagamento em salário, são operadas em bases familiares com alguma orientação pelo mercado.

É importante destacar a dificuldade que aparece aqui, e em todas as análises que buscam a delimitação do setor informal no interior das economias urbanas, no sentido de estabelecer, com um certo rigor, as fronteiras que delimitam as atividades com distintas formas de produção. Como as fronteiras são nebulosas, resulta sempre um certo grau de arbitrariedade nesta delimitação. Mas, conforme o autor, talvez o mais importante seja reconhecer que no conjunto das atividades de uma economia urbana existem "diferentes gradações de organização, que vão desde os circuitos modernos, centrados nas firmas capitalistas, impessoais, dirigidos pelo consumo, com estruturas bem marcadas de salários, até os níveis mais primitivos, em que prevalecem laços familiares e de amizade, unidades de produção do tipo bazar, sem esquemas salariais definidos, e com pequena direção pelas forças de demanda, as quais, na maior parte das vezes, são o resultado de iniciativas das próprias forças de oferta. Do lado deste esquema de organização, exatamente, é que se insere o setor informal".²⁹

Como características da atividade informal são detectados a rotatividade de ocupação e a permanência dos componentes de uma unidade familiar dentro de ofícios assemelhados, resultantes, ambas, do caráter frouxo e instável que permeia a existência do setor informal. É comum um indivíduo oscilar de uma ocupação para outra³⁰, embora no caso de trabalhadores com um ofício definido e que exija uma certa qualificação (como alfaiate, sapateiro etc.), isto se torna mais difícil e, portanto, menos freqüente. Por sua vez, é também comum o caso de uma mesma ocupação se suceder numa dada família de uma a outra geração, bem como o fato de pais e filhos coexistirem no setor informal, com ligeiras mudanças de atividade.

Tais aspectos relacionam-se com as grandes oscilações de renda que se verificam no setor e que refletem, de certa maneira, as oscilações no seu nível de atividade. Em certos períodos, os ganhos de algumas atividades podem chegar a patamares satisfatórios e, em outros, alcançar níveis mínimos, forçando, então, a rotatividade de ocupação. Além disso, o baixo nível de educação, a modesta dotação de capital, o reduzido faturamento e a baixa produtividade da força de trabalho informal

²⁹ CAVALCANTI, op. cit., nota 27, p. 7

³⁰ A pesquisa realizada em Salvador acusou sapateiro que já foi pedreiro, alfaiate que já foi proprietário de armazém, encanador que já foi motorista e assim por diante. Um caso curioso e extremo encontrado foi a situação de um açougueiro que, num período de 28 anos, já havia sido oleiro, vigia, pedreiro, pintor, panificador e motorista.

reproduzem-se nas taxas de remuneração da mão-de-obra, geralmente inferiores às percebidas nas atividades organizadas³¹.

"Tudo isso atribui uma conotação de incerteza às pessoas que ofertam sua mão-de-obra no mercado informal — a insegurança explicando-se quer pela procura indeterminada dos produtos negociados, quer pela mutabilidade de preços, quer por receios ligados à fiscalização de atividades não legalizadas, quer, ainda, pela variabilidade de lugares de trabalho"³².

Como resultado das baixas rendas auferidas no setor e da subutilização da força de trabalho aí alocada, tem-se que o fluxo global de renda gerada pelas atividades informais se torna medíocre face às formais.

O texto de Henri Coing³³, sobre a pobreza urbana e o setor informal, parece avançar na interpretação acerca do funcionamento das organizações não tipicamente capitalistas.

Segundo Coing, muitos autores têm permanecido na consideração do setor informal como tão-somente um conjunto de métodos de sobrevivência dos "marginais" ou como o complexo de "atividades marginais" da mão-de-obra residual, enfim, como a forma com que a cidade alimenta seus habitantes. Permanecer somente nesta consideração implicaria em uma análise da divisão social do trabalho, sob o prisma do setor "formal" e "informal", que não passa de uma regulação "a posteriori" dos resultados desta divisão.

Faz-se necessário, portanto, introduzir um outro elemento, qual seja, a articulação das várias formas de produção e o modo pelo qual as formas subordinadas têm seu funcionamento determinado pelo todo. Segundo Coing, muitos analistas evidenciam apenas este segundo aspecto, procurando mostrar como a dependência ou as formas específicas de acumulação se constituem na causa primeira do desenvolvimento de atividades consideradas "informais" e lhe imprimem o caráter de subordinação aos interesses do setor "formal". A análise somente deste aspecto é teoricamente frágil e de pouca utilidade teórica. Em princípio porque, para Coing,

³¹ "Apesar de tudo, não foi escasso o número de entrevistados que afirma preferir o trabalho informal, sem salário mínimo garantido, sem FGTS, férias e décimo-terceiro salário, ao trabalho formal que paga apenas um salário mínimo que eles classificam como 'esse salário que está aí'. Para tanto, alegam que os altos e baixos dos ganhos informais terminam compensando as vantagens pecuniárias do emprego formal. E que no emprego informal trabalha-se quando quer, sem ninguém para mandar, sem rigidez de horário. Na compreensão dos indivíduos contactados pode-se até trabalhar mais na ocupação informal, 'mas é sem ninguém mandar'."

CAVALCANTI, op. cit., nota 27, p. 13

³² Ibidem, p. 13

³³ COING, Henri. *Pauvreté urbaine et secteur informal*. [s. n. t.] (mimeo)

a articulação de formas de produção é um conceito inadequado, pois articulação refere-se a modos de produção, pelo o que se entende uma estrutura completa em termos de tecnologia, relações de produção e quadro jurídico, bem como leis próprias e existências independentes. O conceito "articulação" tem servido para descrever o crescimento do subdesenvolvimento via a penetração do modo de produção capitalista em uma economia pré-capitalista. Coing adverte, então, para o fato de que, embora o modo de produção capitalista tenda a se tornar dominante, ele não chega a suprimir os modos anteriores existentes. Além disso, as economias urbanas das cidades latino-americanas foram modeladas inteiramente pelo capitalismo e as diversas formas que nelas se encontram não são resquícios de modos de produção anteriores, mas devem, sim, ser entendidas como o resultado da acumulação capitalista em si mesma, a qual cria, através de um único e mesmo movimento, o seu pólo formal e seu pólo informal. Uma vez que existe um só e único movimento que cria e articula dois pólos em função de uma única lógica, Coing admite que existe apenas um método correto de análise, ou seja, aquele que parte desse movimento e considera a diferenciação "formal-informal" como um processo.

A partir daí, ele conclui que, em primeiro lugar, é inútil e estéril procurar definir o setor informal (e suas características) em si mesmo. Segundo ele, todos os autores que tentaram definir seu volume, tecnologia, modo de organização, acesso ao crédito etc. fracassaram, porque o setor informal não existe senão por sua relação com o setor formal e, deste modo, não pode ser definido senão a partir dessa relação. O erro de muitos estudos consiste em analisar a pequena produção independente das outras formas existentes, o que impede a compreensão do modo como ela se articula no conjunto da economia e os determinantes que definem sua importância, função, condições de existência e dinâmica própria. Em segundo lugar, não se poderia mais raciocinar em termos de dois pólos antagônicos, pois existem estruturas de mercado intermediárias que dificultam sua inserção em um deles especificamente. E, por último, também a hipótese de estabilidade estrutural entre os setores formal e informal perde sua consistência, à medida em que o movimento fundamental e constante pelo qual a empresa capitalista destrói as outras formas de organização da produção e os recria sob outras formas permite uma grande variedade mutante de formas de organização econômica. As novas formas que surgem não deixam de reproduzir as anteriores, mas não são idênticas a elas. Essa instabilidade temporal é também espacial, pois o setor informal assume significados diversos nos diferentes países e regiões.

Destas três conclusões, Coing deduz uma importante consequência metodológica, qual seja, a necessidade de tomar como ponto de partida o próprio movimento de criação de mais-valia e ver como surgem, nas condições concretas, a necessidade e a funcionalidade de outras formas de produção, subordinadas ao capital, mas em constante redefinição sob o impulso das necessidades de acumulação. Não se trata mais, portanto, de descrever o setor informal, mas sim de analisar os processos que provocam segmentações no interior da economia urbana. Isto é, a partir do exame do

processo de valorização do capital, deve-se tentar descobrir por que se opera a "divisão de trabalho" entre produção capitalista e pequena produção mercantil e sob que dinâmica se regem.

Com esta proposta, Coing pretende superar as duas visões do setor informal, seja como algo provisório, seja como algo funcional para a acumulação do pólo dominante da economia. Para ele, estas visões simplistas escondem algo fundamental: se é verdade que há uma constante recriação de formas de produção alheias à lógica do capital, porém funcionais do ponto de vista da acumulação, também é verdade que isto não ocorre maciçamente, isto é, cada aspecto do processo é funcional do ponto de vista de um tipo de capital, de uma fração de seus interesses e, ao mesmo tempo, mostra-se disfuncional para outro tipo de capital.

Trabalho Autônomo

Por último, tem-se a categoria "trabalhadores por conta própria"³⁴, utilizada por José Reginaldo Prandi em sua análise³⁵. Embora esta categoria se refira, particularmente, à posição do indivíduo na ocupação (qual seja, empregado, autônomo ou empregador) e não em um conceito teórico que pretenda-se confundir com a própria noção de uma produção realizada em moldes não tipicamente capitalistas, seu exame encontra-se aqui incluído, uma vez que ela se constitui na relação de trabalho predominante nesse tipo de produção.

A categoria "trabalhadores autônomos" reúne, para Prandi, grande variedade de trabalhadores, para os quais o desempenho de tarefas depende, basicamente, do uso de sua própria força de trabalho ou da força de trabalho familiar.

Neste grupo de trabalhadores, incluir-se-iam os artesãos, os pequenos vendedores, os ocupados em serviços de reparação e pequenos consertos e prestadores de serviços pessoais. Prandi também inclui nesta categoria aqueles que considera "bem sucedidos economicamente", quais sejam, os profissionais liberais, os técnicos não submetidos a assalariamento e os autônomos misturados às "classes médias assalariadas". A sobrevivência do trabalhador por conta própria, em uma economia capitalista de produção industrial, dependeria de duas condições fundamentais. A primeira deriva da própria definição deste tipo de atividade, ou seja, o trabalhador deve estar em condições de produzir para o mercado com base na propriedade de seus

³⁴ Prandi utiliza como sinônimos as expressões "trabalhador por conta própria", "trabalhador independente", "trabalhador autônomo" ou "auto-empregador".

³⁵ PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo, Símbolo, 1978.

próprios meios de produção. A segunda condição refere-se à necessidade de que estes bens e serviços produzidos sejam socialmente úteis ou, em última análise, apresentem uma certa demanda no mercado.

“De modo geral, trabalhando em condições de produção ou de prestação de serviços que não requerem capital, o trabalhador por conta própria dispõe de baixo nível de qualificação para o trabalho e vive em condições precárias”³⁶.

A característica fundamental inerente a todos esses trabalhadores é o fato de não possuírem qualquer vínculo empregatício, quer como empregado, quer como empregador. Prandi chama a atenção para a necessidade de tentar-se excluir, nas análises empíricas, o trabalhador assalariado disfarçado de autônomo, ou seja, aquele que recebe remuneração por tarefa executada³⁷. Sua diferenciação em relação aos trabalhadores assalariados seria determinada pelo fato de sua exploração não se realizar, a não ser em um circuito mais amplo da reprodução da sociedade, enquanto os assalariados se constituíam em agentes diretos da acumulação de capital, a qual se realiza através da exploração do sobretrabalho. Note-se, portanto, que essas categorias implicam em formas diferentes de inserção na estrutura produtiva e, desse modo, em diferentes maneiras de submissão ao capital.

Prandi contrapõe-se à caracterização do trabalhador autônomo como trabalhador marginal, argumentando que, mais do que trabalho marginal, o trabalho por conta própria tem um sentido estrutural em certas formações como as latino-americanas, nas quais ele adquire uma certa especificidade no sentido de se constituir em um elemento próprio do processo de acumulação.³⁸

Um aspecto importante analisado por Prandi refere-se a questão da relação existente entre autônomos e assalariados. Para o autor, à medida em que existe como trabalhador por conta própria, tal categoria situa-se fora da oposição trabalho assalariado versus capital, significando “estar fora” apenas uma existência dependente das condições em que aquela oposição se realiza. Isto é, “o trabalho autônomo não pode — sob o capitalismo — desprender-se de sua condição histórica de forma passada, arrastando atrás de si o arcaísmo advindo de sua incapacidade de gerar

³⁶ “(. . .) la finalidad de su producción sería simplemente ganar para vivir y no incrementar su riqueza como ocurre en la producción capitalista; (. . .) en ese caso no será más que un término medio entre el capitalista y el obrero”.

MARX, Karl. *El capital: crítica de la economía política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1973. v. 1, p. 246, apud PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo, Símbolo, 1978. p. 25

³⁷ É o caso do “falso autônomo” destacado por P.R. Souza.

³⁸ Note-se que o significado de trabalhador marginal, a que se refere J.R. Prandi, é diverso daquele utilizado por L. Kowarick, uma vez que este último também considera o trabalho marginal como componente intrínseco e necessário ao sistema capitalista.

sobretabalho alienável para o capitalista. Isso não significa que seja, simplesmente, um peso morto para a sociedade, pois vai participar do momento-de-forças através do qual o modo de produção capitalista procura anular resultantes de suas contradições, jogando inclusive com relações sociais que, à primeira vista, podem parecer estranhas³⁹”.

Isto significa que, embora a oposição fundamental esteja entre o assalariado e o capital, o trabalhador autônomo representa um importante papel de coadjuvante, à medida em que preenche as brechas abertas no desenvolvimento contraditório das forças produtivas sob o capital. Deste modo, sendo o trabalhador autônomo incapaz de gerar excedente, tem sua exploração determinada ao nível global da expansão capitalista, uma vez que o capital dele “faz uso”⁴⁰ no objetivo último de se realizar.

II — Algumas Questões

Duas questões importantes merecem ser discutidas em separado, confrontando-se as opiniões dos diversos autores, uma vez que se consituem nas principais controvérsias a respeito do funcionamento da produção organizada em moldes não tipicamente capitalistas.

Dado o caráter capitalista do desenvolvimento latino-americano, note-se que ainda persistem diferenças de enfoque no que se refere à interpretação das diversas formas de produção não baseadas no trabalho assalariado. A divergência de enfoques situa-se, mais especificamente, na definição das principais características de que se reveste a produção urbana não tipicamente capitalista e, principalmente, no entendimento de como ela se articula com o conjunto da economia, isto é, que tipos de relações passam a ser mantidas entre a produção capitalista e essas formas de produção.

Ao buscar o sentido desta categoria no processo de transformação global da sociedade, determinado pelas regras básicas da acumulação capitalista, Prandi conclui que, embora essa forma de trabalho não seja essencialmente capitalista, ela não pode explicar-se senão como resultado da acumulação capitalista.

“(. . .) a expansão das relações de produção de molde tipicamente capitalista podem melhor ser viabilizadas pelas transformações que se verificam naqueles setores de produção ainda não de todo caracterizáveis como sendo de molde tipicamen-

³⁹ PRANDI, op. cit., nota 34, p. 31

⁴⁰ Prandi adverte que este “fazer uso” não implica nenhuma idéia diretiva na consciência dos agentes econômicos e muito menos em conferir ao sistema uma racionalidade que ele não tem.

te capitalista. Não se trata, contudo, de duas realidades independentes operando conjuntamente. Uma não independe da outra na determinação de sua existência. Ambas estão determinadas num só processo, que é o processo de acumulação do capital. Não é legítimo afirmar que o trabalho por conta própria faz parte das relações de produção capitalista nem que aquele tipo de relação de produção esteja situado fora do circuito capitalista de produção".⁴¹

Nesta análise, Prandi propõe-se a considerar as formas de trabalho que não são propriamente capitalistas como elemento de reprodução capitalista ao nível da sociedade como um todo, e não como subordinadas a regras de outros modos de produção. O autor procura demonstrar que a existência do trabalhador por conta própria não pode ser pensada como algo anormal e estranho às relações sob o capital, a não ser que se considere a extração da mais-valia como a única forma de exploração do trabalho pelo capital.

"Ora, a extração da mais-valia é a forma capitalista por excelência da exploração do trabalho e o mecanismo fundamental para a acumulação capitalista. Sendo, no entanto, fundamental, há que se investigar que outras formas de exploração permitem uma melhor e mais rentável maneira de acumulação pela extração do produto do sobretrabalho; e que relações de trabalho permitem e propiciam os modelos de expansão da exploração capitalista do trabalho".⁴²

Prandi ainda mostra que a preocupação em equacionar o modo de produção capitalista com outros modos de produção subsidiários ou clientes tem resposta em J.A. Gianotti e Kowarick. O primeiro, ao discutir a questão teórica a respeito da atual existência ou não de mais de um modo de produção no Brasil, afirma que: "(...) o capital incorpora modos anteriores de produção. A produção simples de mercadoria, que pode sobreviver como sistema produtivo entre produtores marginais, passa a constituir um dos momentos do ciclo de acumulação de capital. Ainda nessa mesma reflexão, graças aos mecanismos da acumulação primitiva, o capital se defronta com modos de produção periféricos. Muitas vezes, simplesmente os destrói, integrando o trabalho morto sob a forma de valor e o trabalho vivo sob a forma de força de trabalho ativa ou exército de reserva. Nem sempre, porém, os 'soldados' desse exército sobrevivem das sobras dos salários ou da mais-valia distribuída via Estado. No interior de limites perfeitamente controlados pelo capital, esses trabalhadores podem operar de forma organizada, produzindo objetos para outrem ou mercadorias que trocam entre si, sem participar diretamente do processo de geração do excedente". Gianotti, classifica, então, tais formas de produção de

⁴¹ PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo, Símbolo, 1978. p. 155

⁴² *Ibidem*, p. 157.

“modo de produção subsidiário ou cliente”, atentando para o fato de que não importa o objeto designado, mas sim o modo pelo qual ele ganha autonomia nos poros do processo capitalista⁴³.

Kowarick, por sua vez, ao situar a questão da marginalidade sob a ótica das relações de produção, nas sociedades capitalistas latino-americanas, mostra a perfeita simbiose existente entre as formas de produção capitalista e as modalidades produtivas “arcaicas”, cuja permanência, reposição ou extinção é determinada, basicamente, por sua relação estrutural com o processo de acumulação.

“(. . .) Trata-se de uma única lógica estrutural, de tipo capitalista, que reúne formas desiguais e combinadas, e que, ao se expandir recria as modalidades produtivas ‘arcaicas’ (principalmente o artesanato e a indústria a domicílio), criando também ‘novas’ formas ‘tradicionais’ na divisão social do trabalho (notadamente o trabalho autônomo no setor terciário da economia: vendedores ambulantes, os trabalhadores autônomos ligados aos serviços de reparação e conservação, vigilância, limpeza e carga, . . .).”⁴⁴

Nesta mesma linha de raciocínio, P.R. Souza, ao analisar o funcionamento do setor informal, concebe-o como “formas de organização que se inserem na estrutura econômica de forma intersticial junto com as formas propriamente capitalistas, mas atuando em espaços de mercado perfeitamente delimitados que são criados, destruídos e recriados pela expansão do sistema hegemônico.”⁴⁵ Em suma, o mercado para onde se destinam os bens e serviços produzidos pelos setores formal e informal é um só, não podendo, portanto, haver expansão do mercado de um sem afetar o outro.

Em uma análise mais ampla, P.R. Souza considera que as formas de organização não tipicamente capitalistas não constituem um modo de produção à parte, visto que estão inseridas dentro do modo de produção capitalista e de alguma forma se encontram subordinadas ao capital. A hipótese geral de P.R. Souza é que, dada a tecnologia, as atividades tendem a utilizar capital, conforme o tamanho e o grau de concentração do mercado onde atuam.

⁴³ GIANNOTTI, José Arthur. Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso dos sociólogos. *Estudos Cebap*, São Paulo, Brasileira de Ciências, (17):166-7, apud PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo, Símbolo, 1978. p. 30

⁴⁴ KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, apud PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo, Símbolo, 1978. p. 30

⁴⁵ SOUZA, Paulo R. *Duas funções da pequena produção mercantil na acumulação capitalista em economias atrasadas*. [s. n. t.] (mimeo)

"Assim, nos casos em que o mercado permite, o capital adota formas de organização tipicamente capitalistas para valorizar-se; em outros onde esse grau de divisão do trabalho não é possível valoriza-se através das formas de submissão do trabalho não especificamente capitalista; em outras, enfim, aguarda que haja um mercado suficientemente adequado para subordinar e expropriar aos pequenos produtores."⁴⁶

Isto significa que à medida em que o mercado, em mãos do pequeno produtor mercantil, cresce e se concentra, ele tende a ser crescentemente dominado pelo capital, através da utilização de formas cada vez mais complexas de dominação. Conforme o autor, o mercado dos pequenos produtores não apresenta condições de crescimento autônomo, uma vez que seu crescimento acarreta, contraditoriamente, o desaparecimento desses produtores e sua conseqüente dominação pelo capital.

Em síntese, a questão central parece ser até que ponto essas formas de produção são realmente atípicas em relação às leis que regem o desenvolvimento capitalista.

Para tratar desta questão, deve-se examinar o que significa, na verdade, um modo de produção dominante em uma determinada formação social. Quando se alude à dominância de um modo de produção em uma dada formação social, está-se referindo ao fato de que são as suas leis que determinam as várias formas e relações que se estabelecem no desenvolvimento desta formação. Portanto, isto não implica em dizer que serão estabelecidas relações idênticas em todos os níveis e setores da produção desta formação social. Em outros termos, a dominância de modo de produção capitalista não implica em que as relações típicas do capitalismo sejam generalizadas em todo o sistema.

"A dominância do modo de produção capitalista na sociedade burguesa significa que a reprodução do capital subordina todas as relações sociais, mas não necessariamente da mesma forma. As relações baseadas no trabalho assalariado são as relações centrais desse modo de produção, não simplesmente nem principalmente porque tendem a se generalizar, mas porque comandam a produção de valor que determina todas as demais produções na economia de mercado (. . .) a dominância do modo de produção capitalista (. . .) tampouco significa que a articulação entre as diversas formas de produção se faça de modo harmônico ou 'funcional'. A contradição entre a extensão das formas 'tipicamente' capitalistas e a repetição necessária de formas 'atípicas' são uma marca do desenvolvimento do capital em toda parte."⁴⁷

⁴⁶ SOUZA, op. cit., nota 45

⁴⁷ BRANT, V. C. Desenvolvimento agrícola e excedentes populacionais na América Latina (notas teóricas) *Estudos Cebrap*, São Paulo, Brasileira de Ciências, (14):110, 1975.

Assim, um modo de produção é dominante à medida em que interfere, verticalmente, nos outros modos de produção, provocando a perda de autonomia por parte destes e redefinindo suas atividades específicas.

Conforme H. Saffioti, "nas formações sociais capitalistas, a ideologia burguesa tende a penetrar nos setores de atividades os mais refratários à organização capitalista, destruindo acelerada e irremediavelmente a superestrutura ideológica que envolvia estas atividades. Donde só poderem elas sobreviver graças a um processo de redefinição comandado pelo modo de produção capitalista."⁴⁸

À medida que são destruídas as instâncias jurídico-política e ideológica dos modos de produção preexistentes, estes modos já não sobrevivem enquanto tais, uma vez que assumem novas conotações. Resta somente sua dimensão econômica que, entretanto, será envolvida pela superestrutura ideológica inerente ao capitalismo, que lhe atribuirá novo sentido. Redefinidas, essas formas de trabalho não tipicamente capitalistas passam a integrar a formação social capitalista de modo a favorecer o processo de acumulação.

O importante a reter aqui é que a contradição entre a existência de formas tipicamente capitalistas e a contínua repetição de formas "atípicas" permeia o desenvolvimento do capitalismo em toda parte. Mais do que isto, qualquer relação que se estabeleça na sociedade capitalista estará sempre subordinada e acorrentada à ordem fundamental e hegemônica do capital.

Cabe destacar, no entanto, que o capital, no seu movimento de expansão, não visa explicitamente à destruição dessas formas de trabalho, embora as destrua quando determinados serviços passam a se tornar rentáveis. Em outros termos, o investimento de capital e o conseqüente assalariamento se dão naqueles setores onde a rentabilidade é maior.

"Em nível global da reprodução da sociedade de classes, seria uma aberração pensar que o capital teria qualquer interesse em fomentar o trabalho autônomo, embora em muitas situações este possa ser usado como meio transitório de se garantir um 'pacífico' processo de acumulação. Não é demais repetir que o capitalismo é produção de valor e de força de trabalho para a própria produção de valor".⁴⁹

Por outro lado, a execução de certas atividades, como por exemplo a de reparação de mercadorias, é, inclusive, criada pela expansão capitalista, uma vez que, por sua natureza, essas atividades são pouco adequadas à empresa capitalista em larga escala. Como diz Prandi, "é mais capitalista a substituição completa de merca-

⁴⁸ SAFFIOTI, Heleieth J. B. Mulher, modo de produção e formação social. *Contexto*, São Paulo, Hucitec, (4):48, 1976.

⁴⁹ PRANDI, op. cit. nota 41. p.70.

dorias que sua reparação. Reparar mercadorias de consumo improdutivo significa consumir menos, produzir menos”.⁵⁰ Ou então, “uma tendência da sociedade de consumo está na depreciação da mercadoria e sua substituição por outra de melhor qualidade ou de modelo diferente, e que pode mesmo ser produzida com vistas à rápida depreciação, não comportando reparos”.⁵¹

Por mais paradoxal que possa aparentar, a manutenção desta prática está intimamente relacionada ao estágio de desenvolvimento capitalista. A uma maior expansão das forças produtivas corresponderia uma participação relativamente menor deste tipo de atividades no conjunto da economia. No entanto, embora as formas de trabalho não tipicamente capitalistas apresentem um maior peso nos países sub-desenvolvidos, elas não deixam de existir nos países altamente industrializados.

“O imperialismo elimina a necessidade da recriação permanente de atividades não capitalistas na nação desenvolvida. Esta passa a jogar com as vantagens auferidas nas relações com as áreas não capitalistas localizadas na periferia do sistema capitalista internacional. Assim, os contingentes humanos que se dedicam a atividades não capitalistas são objeto de exploração por parte do ‘capitalismo nacional’ e do capitalismo internacional”.⁵²

Como demonstra Prandi, na sua análise da participação dos trabalhadores por conta própria, em atividades não-agrícolas, em diferentes regiões do Brasil, no período de 1940 a 1970, a concentração dessa categoria é mais intensa nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conquanto o trabalhador autônomo ainda apresente uma forte participação no conjunto de trabalhadores, é nos setores mais importantes em termos de acumulação de capital que sua presença menos se faz sentir. A partir desses dados, o autor estabelece uma relação inversa entre a participação dos trabalhadores por conta própria e o desenvolvimento capitalista. Isto não significa, entretanto, que tal categoria de trabalho esteja desaparecendo, visto que em termos absolutos ela continua a crescer significativamente, mas sim que o número de trabalhadores assalariados está crescendo bem mais.

Em suma, o fato de o desenvolvimento capitalista não implicar uma expansão generalizada da organização e do emprego capitalistas tem estimulado os mecanismos dos quais se alimenta a oferta urbana de trabalho, ao mesmo tempo em que cria, também, as condições que viabilizam tanto a sobrevivência quanto a reprodução das atividades organizadas em moldes não tipicamente capitalistas de produção.

É possível constatar, no caso brasileiro, que o avanço do desenvolvimento capitalista, particularmente a partir dos anos 50, embora tenha acelerado as taxas

⁵⁰ PRANDI, op. cit. nota 41. p. 41.

⁵¹ Ibidem, p. 87.

⁵² SAFFIOTI, op. cit. nota 48, p.53.

de criação de emprego no setor industrial, reativou os mecanismos demográficos e sócio-econômicos responsáveis pelo aumento da oferta urbana de trabalho. Isto deve-se ao fato de que a criação de empregos no setor propriamente capitalista não foi suficiente para absorver o estoque preexistente de mão-de-obra vinculado a atividades organizadas de modo não tipicamente capitalista, ao qual se somou a oferta adicional de trabalho produzida pelo próprio desenvolvimento. O crescimento de mão-de-obra urbana no Brasil, no período de 1950 a 1970, pode ser verificado através da comparação entre o acréscimo da população urbana com 10 anos e mais e da população economicamente ativa. Os dados mostram que o crescimento da população urbana com 10 anos e mais é maior do que o da população economicamente ativa no período analisado. Decorre daí o decréscimo de participação da população economicamente ativa urbana no total da população urbana em idade de trabalhar. Por outro lado, dados mais recentes indicam que o ritmo de criação de emprego industrial vem declinando de maneira brusca nos últimos anos, passando de uma média de 7,3%, no período de 1971 a 1973, para apenas 2,3% no período de 1974 a 1979, abaixo, portanto, da taxa de crescimento demográfico do País, segundo análise da fundação IBGE.

A consequência é a manutenção de uma ampla parcela de trabalhadores que não se insere na estrutura urbana de modo mais estável e cuja sobrevivência passa a ser assegurada pela execução de variadas e inúmeras atividades organizadas em moldes não tipicamente capitalistas.

Enfim, essas atividades parecem-se constituir não só em um fenômeno indicativo de estratégia de sobrevivência de vastas camadas populacionais, como também um fenômeno resultante das necessidades da própria esfera do capital. Daí porque as atividades urbanas de produção e serviços, em moldes não tipicamente capitalistas, não se encontram em processo de desaparecimento, mas sim fazem parte estrutural da economia urbana, principalmente dos países dependentes.

A segunda questão refere-se mais especificamente à contribuição das atividades não tipicamente capitalistas para o processo de acumulação.

Analisando o quadro de formulações teóricas⁵³, no que se refere ao papel que as atividades não vinculadas diretamente ao setor capitalista desempenham no processo de acumulação e expansão do capital, encontram-se diversas proposições nos trabalhos voltados a esse tema. (Estudos sobre o subemprego, marginalidade, setor informal etc.).

⁵³ Ver também sobre o assunto:

CARVALHO, Inaiá de. **A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador**. Recife, [s. ed.] 1978. (mimeo)

FARIA, Vilmar de. Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade. **Estudos Cebap**, São Paulo, Brasileira de Ciências, (9), 1974.

É possível, entretanto, detectar duas hipóteses principais relativas à “função” que a manutenção de um contingente marginal nos centros urbanos desempenha na reprodução das formas de organização econômica vigentes nos países da área.

A primeira hipótese, ligada à teoria da cultura da pobreza, destaca o caráter disfuncional da manutenção ou expansão de um contingente populacional marginalizado para o desenvolvimento capitalista, à medida em que a reprodução de uma “cultura de pobreza” não permitiria o desenvolvimento de habilidades, ambições, padrões de comportamento e formas de organização necessárias a esse tipo de desenvolvimento.

À medida em que os setores de produção não tipicamente capitalistas são encarados como obstáculo à expansão do capitalismo, os ocupados em suas atividades são vistos como uma mão-de-obra sobrando, improdutivo e de pouca ou nula significação econômica. Assim, ao não desempenharem sequer o papel do exército industrial de reserva, são considerados como um peso morto para o processo de acumulação.

A segunda hipótese admite que existe uma relação entre essas modalidades ocupacionais e produtivas e as necessidades do processo de acumulação resultantes do desenvolvimento dependente. Vinculada à teoria histórico-estrutural do desenvolvimento, esta corrente defende a funcionalidade deste contingente marginal para a reprodução do capitalismo, seja pela superexploração dessa massa de trabalhadores, através da expropriação de um excedente investível, seja pela possibilidade que a situação de reserva desses trabalhadores abre, no sentido de deprimir os salários reais pagos pelas empresas capitalistas.

Ao se analisar o papel que as atividades não capitalistas desempenham no processo de acumulação e expansão do capital, segundo os diversos autores aqui em exame, verifica-se que este se constitui em um dos aspectos mais controvertidos sobre o tema. Mesmo não se levando em consideração as proposições teóricas que se agrupam em termos da primeira hipótese, as análises dos autores selecionados não apresentam unanimidade em suas interpretações.

Comumente, são atribuídas determinadas funções à manutenção de numerosas atividades de caráter não capitalista, no sentido de contribuir para a expansão capitalista⁵⁴. Uma delas seria a de facilitar, de maneira mais direta, o processo de acumulação em algumas empresas capitalistas, como é o caso da execução de tra-

⁵⁴ CARVALHO, op. cit., nota 53

Clóvis Cavalcanti também destaca o papel sócio-econômico das atividades informais frente às atividades formais, no sentido de distribuição de manufaturas, transferência de produtos não terminados, reciclagem de produtos desperdiçados, provimento de serviços baratos de manutenção e reparos, absorção de mão-de-obra sobrando do setor formal e cessão dessa mão-de-obra, conforme as necessidades do setor formal.

balhos por encomenda, quando, então, as empresas se apropriam da produção dos pequenos produtores autônomos a um baixo custo e, deste modo, podem realizar lucros elevados na fase de comercialização dos mesmos.

A segunda função seria a de atender à demanda de certos bens e serviços quando ainda não se verificam as condições suficientes para a realização de investimentos capitalistas na produção de bens equivalentes ou sucedâneos. É o caso das atividades realizadas em moldes não tipicamente capitalistas que emergem ou se expandem em função, exatamente, das necessidades da expansão industrial. Os serviços de reparação e manutenção, o artesanato mais moderno e os serviços especializados tendem a preencher os espaços econômicos vazios criados pela demanda das próprias empresas capitalistas ou das camadas de renda média e alta. Ao mesmo tempo, tais atividades funcionam no sentido de criar ou expandir padrões de consumo e mercados que, mais tarde, poderão, eventualmente, ser ocupados pelas empresas capitalistas.

Destaca-se, também, a contribuição dessas atividades para a elevação da demanda por mercadorias do setor capitalista. Essa função seria preenchida, especificamente, pelo pequeno comércio, estabelecido ou ambulante, ao facilitar a circulação e o acesso de mercadorias produzidas pelo setor capitalista à população de baixa renda.

“Tendo os custos de comercialização reduzidos (inclusive pela extrema compressão de seus ganhos), praticando a venda à crédito e fracionando o produto conforme a disponibilidade financeira do consumidor, o pequeno comércio não capitalista atinge áreas de mercado que não interessam ao comércio capitalista, pela baixa renda das suas populações.”⁵⁵

Assim, a distribuição de mercadorias realizada pelo pequeno comércio cria condições para o consumo de certos bens produzidos pelas empresas capitalistas por camadas que, de outra forma, não teriam acesso a eles. Uma situação bastante comum, observável nas cidades brasileiras, é a venda de miudezas de origem industrial por ambulantes. Além disso, o maior volume de bens que se vende nos empórios informais são, geralmente, produzidos por grandes fábricas ou a elas estão ligadas de alguma forma.

A quarta função consistiria em rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho engajada na produção capitalista, à medida que boa parte das necessidades da população assalariada que auferia baixas rendas é suprida por bens e serviços produzidos para autoconsumo ou obtidos a custos mínimos na pequena produção mercantil. Em suma, em economias atrasadas, as formas não capitalistas de organização da produção, ao cumprirem a função de produzir bens e serviços a custos

⁵⁵ CARVALHO, op. cit., nota 53, p. 39-40

menores do que se fossem produzidos por empresas capitalistas, acarretam o rebaixamento dos salários dos trabalhadores engajados na produção capitalista. Utilizando o exemplo da existência das pequenas oficinas de reparação (sapateiro, encanador, eletricista, costureira etc.), Prandi afirma sua funcionalidade para o funcionamento das empresas capitalistas, à medida em que nada mais fazem do que recuperar, a baixo custo, certas mercadorias de consumo que, de outro modo, teriam que ser repostas integralmente, o que viria exigir inversão de capital social. Isso contribuiria para o rebaixamento do salário necessário à reprodução do trabalhador assalariado e, conseqüentemente, para o aumento da taxa relativa de exploração do seu trabalho.

E, por último, a quinta função seria a de assegurar a manutenção do exército industrial de reserva que o desenvolvimento capitalista exige, produz e recruta em períodos ou áreas específicas de maior expansão produtiva. Enquanto nos países desenvolvidos, a subsistência do exército industrial de reserva é garantida, predominantemente, através de meios institucionais (subvenções públicas, auxílio aos desempregados etc.), nos países subdesenvolvidos, é o consumo dos serviços prestados pelos trabalhadores autônomos que assegura a manutenção desta reserva de trabalho, cuja importância residiria no fato de permitir a compressão salarial dos assalariados, a substituição freqüente dos empregados e a seleção daqueles mais produtivos.

Essas duas últimas funções, normalmente atribuídas à produção não tipicamente capitalista, têm sofrido reparos ultimamente. Em seu trabalho, P.R. Souza⁵⁶ relativiza a validade da função de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho atribuída, por diversos autores, à pequena produção mercantil urbana. Segundo eles, como foi visto, a economia urbana pagaria menores salários aos trabalhadores, visto eles constituírem uma parte significativa do consumo da pequena produção mercantil, que forneceria bens e serviços a baixos preços. Para Prandi, por exemplo, "o aparente caráter ilógico do trabalho autônomo pode ser analiticamente recuperado por uma lógica maior da própria sociedade como formação histórica e concreta. (...) A lógica geral está no barateamento de mercadorias que contribuem para o barateamento da força de trabalho, passando o trabalho autônomo a fazer parte do processo de organização dos vários ramos da produção."⁵⁷

Contrapondo-se a esta tese, P.R. Souza argumenta que, em primeiro lugar, os trabalhadores consomem, basicamente, produtos industrializados e que, por outro lado, especialmente no caso dos alimentos distribuídos pelo pequeno comércio periférico, os preços são mais elevados do que aqueles distribuídos por unidades comerciais mais modernas como, por exemplo, os supermercados.

⁵⁶ SOUZA, op. cit., nota 45

⁵⁷ PRANDI, op. cit., nota 41, p. 36-7

P.R. Souza comprova que os assalariados urbanos de baixa renda não se estão beneficiando de um menor custo de bens e serviços produzidos por o que ele chama de unidades mercantis simples, uma vez que seus hábitos de compra nestes estabelecimentos se explicam quase que exclusivamente por relações pessoais, frequência de compras, unidade de medida das compras, facilidade de crédito etc. E estes mecanismos são compensados por preços mais elevados.

Conforme Inaiá de Carvalho⁵⁸, “alguns desses compradores já solicitam ‘uma sandália de vinte cruzeiros’ ou ‘dois cruzeiros de óleo’, estabelecendo, previamente, o limite de sua disponibilidade. Vale ressaltar que, embora o fracionamento citado seja fundamental para o consumo das populações de mais baixa renda, permitindo-lhes adquirir dois cigarros, uma gilete ou uma cebola, por exemplo, ele implica em preços unitários mais elevados desses produtos. E essa elevação dos preços, aliada ao emprego não-remunerado da mão-de-obra familiar e a outras condições de funcionamento é o que permite a sobrevivência desses pequenos comerciantes”.

Quanto à questão da marginalidade e da mão-de-obra excedente constituir-se ou não em exército industrial de reserva para a produção capitalista, existem também posições divergentes.

Para P.R. Souza, o grau de mobilização para integrar o exército industrial de reserva dos ocupados nas organizações não tipicamente capitalistas é variável, no sentido de que, em determinados momentos, alguns indivíduos podem funcionar como força de trabalho de reserva e, no momento seguinte, podem deixar de fazê-lo. Isto é, em um dado momento, pode existir uma franja dos ocupados, na chamada pequena produção, que esteja realmente participando do exército industrial de reserva, mas esta franja é bastante variável e, segundo ele, tampouco interessa conhecer sua magnitude. Este grau de mobilização dependeria, em última análise, dos movimentos do capital ao destruir e recriar espaços econômicos para as chamadas pequenas organizações mercantis urbanas.

Quanto à questão específica do rebaixamento dos salários, resultante da existência de um excedente de trabalhadores alocado na produção não tipicamente capitalista, Kowarick, por sua vez, entende que “o enorme contingente de trabalhadores caracterizado por baixos níveis de remuneração, seja vendendo no mercado sua força de trabalho de forma intermitente em função dos ciclos do capital, seja trabalhando por conta própria, ou presentes nos ramos ‘arcaicos’, parece constituir um manancial que possui a virtualidade de permitir ao capital a fixação de padrões salariais altamente ‘funcionais’ à dinâmica da acumulação, à medida que facilita ‘freiar’ as escalas de remuneração da força de trabalho a níveis vários de qualificação”.⁵⁹

⁵⁸ CARVALHO, op. cit., nota 53, p. 39

⁵⁹ KOWARICK, op. cit., nota 44, p. 122

P.R. Souza concorda com L. Kowarick no sentido de que a mão-de-obra excedente exerce um papel importante na acumulação capitalista pois, ao contribuir para o enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores, acarreta o rebaixamento dos salários resultantes da luta entre capital e trabalho, do que resulta a redução no custo de reprodução desta força de trabalho, via o não crescimento do valor da cesta de consumo que integra o seu valor.

O importante a destacar, porém, é que para ele, em primeiro lugar, o nível de salários é determinado, basicamente, pelas necessidades de acumulação e, nesse caso, o enfrentamento entre capital e trabalho iria resultar tão-somente em variações de salário nos limites dados pelo capital. Ou seja, a existência de uma massa de marginais apenas debilita o poder de negociação dos trabalhadores nas suas relações com o capital, e não determina o salário. Em segundo lugar, independentemente da existência de uma massa marginal, os trabalhadores poderiam organizar-se e obter benefícios. Isto significa que, apesar de o excedente de mão-de-obra ocupado em formas não tipicamente capitalistas debilitar o poder de negociação da força de trabalho assalariada face ao capital, esta não deixa de ter a possibilidade de se beneficiar sem que o desenvolvimento do capitalismo se torne inviável.

Por outro lado, defendendo a idéia de que a produção marginal rebaixa o valor da força de trabalho, F. Oliveira utiliza o exemplo do "mutirão" realizado pelos trabalhadores para construção de suas habitações, para mostrar que, "embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado — a casa — reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho — de que os gastos com habitação são um componente importante — e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de 'Economia natural' dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho."⁶⁰

Contra-argumentando, P.R. Souza afirma justamente o inverso, isto é, que são os baixos salários que explicam a autoconstrução e não o contrário. Para ele, a habitação precária e a autoconstrução são a resposta de sobrevivência dos trabalhadores frente aos baixos salários que recebem.

"A valorização do capital num tipo de organização não depende da sua valorização em outra forma através de outros tipos de organização: depende somente das condições em que se realiza dentro de **cada esfera produtiva**. A miséria e a pobreza dos ocupados em cada uma dessas esferas não depende da miséria ou pobreza

⁶⁰ OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebap**, São Paulo, Brasileira de Ciências, (2), out. 1972.

dos ocupados em outras esferas. Depende isso sim de sua debilidade, de sua fraqueza frente ao capital **dentro** de cada uma dessas esferas. É importante, como já dissemos, uma aclaração adicional: a debilidade da força de trabalho frente ao capital é acrescida também pelo excedente de mão-de-obra e sua miséria, ocupado nas outras formas de organização. Entretanto, o importante é que essa **não** é uma relação ou determinação intrínseca ou necessária que viabiliza a acumulação. É uma relação **circunstancial**".⁶¹

Assim, para P.R. Souza, é a taxa de salários do núcleo capitalista que se constitui na variável determinante das rendas a serem auferidas na pequena produção mercantil, e não o contrário. Mais do que isto, para ele "os baixos salários não são essenciais para a acumulação. A mesma pode dar-se em outras bases, seguindo outros padrões com distintas taxas de salários".⁶²

III — Considerações Finais

Como foi visto, os referenciais teóricos voltados à análise das ocupações, onde se emprega e subemprega, instavelmente, grande parte da população urbana, apresentam enfoques bastante diferenciados. Essas diversas abordagens, que pretendiam examinar este segmento da economia urbana, usaram critérios diferentes para caracterizá-lo, conforme o objetivo a que se propunham alcançar. Em consequência, as categorias de análise utilizadas são também distintas e, em alguns casos, não são passíveis de comparação. Neste conjunto, aparecem desde interpretações que ainda utilizam a dicotomização analítica — setor informal versus setor formal — até estudos que partem de categorias como trabalho marginal, trabalho autônomo e formas de produção não tipicamente capitalistas. A nomenclatura escolhida para definir este tipo de ocupação revela também a centralidade do tema para os autores, no sentido de que as preocupações variam desde tentativas em manter um arcabouço teórico mais abrangente, até interpretações que, embora não busquem definir com mais exatidão esta esfera de ocupação, refletem sobre o seu funcionamento no interior da economia urbana.

Nesse segundo caso, inclui-se o texto de Francisco de Oliveira, cuja preocupação maior é mostrar como se constitui o modo de acumulação global próprio de expansão do capitalismo no Brasil no pós-30. No entanto, embora o autor não se volte exclusivamente ao exame das ocupações urbanas organizadas em moldes não tipicamente capitalistas, seu trabalho privilegia a análise do setor Terciário, onde

⁶¹ SOUZA, op. cit. nota 56.

⁶² SOUZA, op. cit. nota 56.

localiza um conjunto de atividades voltadas à produção de bens e/ou serviços cujo padrão de crescimento pode ser considerado não capitalístico.

Ao partir de uma ampla oposição às teses duals-estruturalistas, o autor questiona a validade das teses que vêem o crescimento do terciário como uma anomalia ou desvio do processo de expansão capitalista no Brasil. E aqui se encontra sua contribuição maior no sentido de não mais pensar determinados serviços como improdutivos ou contraditórios com o desenvolvimento capitalista.

Apesar de a análise de F. Oliveira estar perfeitamente localizada no tempo (pós-30) e espacialmente (Brasil), é possível inferir de seu trabalho algumas conclusões mais generalizadas acerca do funcionamento dessas atividades em uma economia subdesenvolvida. A principal delas refere-se ao interesse do capital na manutenção dessa produção de bens/serviços de reduzida ou nula capitalização. O aspecto mais controvertido, e bastante discutido no trabalho já mencionado de P.R. Souza, parece ser a especificação desta "funcionalidade", ou seja, a percepção de que a existência de certos serviços permite, de um lado, a transferência de uma fração do seu valor para as atividades de corte capitalista e, de outro, o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e a conseqüente depressão dos salários reais pagos pelas empresas.

Na mesma linha de raciocínio de F. Oliveira, embora partindo de uma categoria de análise claramente definida, segue L. Kowarick mostrando que a expansão do capitalismo, além de não desarticular totalmente as formas "tradicionais" de produção, cria, inclusive, "novas" relações de produção "arcaicas". Embora as formas históricas, que marcam a inserção da força de trabalho no sistema produtivo, operem no sentido de universalizar o trabalho assalariado, o modo de produção capitalista traz, dentro de sua própria lógica de expansão, um conjunto de mecanismos que originam a marginalidade, via criação de desempregados e subempregados, formação do exército industrial de reserva etc. A especificidade deste trabalho é que ele se propõe a uma análise estrutural e histórica da problemática latino-americana da marginalidade, tentando explicá-la como um fenômeno que decorre de formas de inserção em um sistema produtivo. A preservação e criação de atividades baseadas em formas não tipicamente capitalistas de produção resulta, para Kowarick, da própria situação dependente que caracteriza o capitalismo latino-americano, fazendo com que nele surjam fenômenos distintos no que tange à marginalidade.

Desta forma, Kowarick inaugura uma nova visão de marginalidade completamente distinta daquelas existentes anteriormente, passando a entender este fenômeno como o resultado de formas peculiares que os indivíduos encontram para se inserir no sistema produtivo. O entendimento da marginalidade, como um dos ingredientes do dinamismo capitalista, constitui-se na grande contribuição teórica de Kowarick ao exame do funcionamento de atividades, tais como as ocupações autônomas no comércio de mercadorias, os pequenos serviços de reparação e manutenção, o artesanato, a indústria à domicílio etc. Para ele, a marginalidade não se define pelo baixo nível de remuneração dos trabalhadores ou por seus precários padrões

de consumo material e cultural, mas sim pelo modo como se inserem no sistema produtivo que faz com que a exploração a que estão sujeitos os chamados marginais seja distinta daquela sofrida pela parcela "integrada" da classe trabalhadora. Kowarick inclui na situação de marginais aqueles trabalhadores que participam de unidades produtivas cujo arcaísmo tecnológico as define como não tipicamente capitalistas, bem como os trabalhadores por conta própria. No entanto, deferenciando-se da maioria dos autores, ele agrega, também nesta categoria, os desempregados, subempregados e aqueles que trabalham de forma ocasional ou intermitente.

Aliando-se a F. Oliveira, Kowarick também admite que o enorme contingente de trabalhadores marginais possui a virtualidade de permitir ao capital que a freagem dos salários da força de trabalho integrada nas atividades tipicamente capitalistas.

Como proposta final de trabalho, Kowarick introduz as categorias de mercado formal e mercado não formalizado de trabalho, tendo em vista explicitar melhor sua análise. Assim, reúne-se, de certo modo, aos demais autores que definiram como informais, em oposição a um pólo formal, determinadas ocupações urbanas. Nessa linha de análise, incluem-se os trabalhos de Luiz Antônio Machado da Silva, P. Renato Souza e Víctor Tokmann, Clóvis Cavalcanti e H. Coing. Note-se que cada um desses estudos examina as atividades ditas informais sob ângulos diversos, contribuindo de maneiras diferentes para a compreensão de seu funcionamento.

É no trabalho de L.A. Machado da Silva que se encontra a distinção entre um mercado formal e um mercado não formal de trabalho, baseada no critério tradicionalmente utilizado para diferenciá-los. A classificação das atividades econômicas nas categorias formal ou informal baseia-se, em sua origem, na forma como elas se organizam. Isto é, as atividades ditas formais seriam aquelas realizadas por empresas organizadas segundo o aparato legal vigente, enquanto as informais, ao contrário, caracterizar-se-iam pela não-organização de seus agentes econômicos. Embora as demais análises agreguem outras características, a utilização desta terminologia para diferenciar as ocupações da economia urbana implica em manter, de certa forma, este enfoque tradicional que opõe, a um setor formal, o setor informal e, conseqüentemente, em considerar como elemento definidor das atividades aí incluídas a subordinação ou não a um aparato jurídico-legal.

A delimitação de um conjunto de atividades não vinculadas diretamente a setores capitalistas de produção requer um exame mais amplo e complexo do que a simples averiguação se os ocupados nestas atividades estão ou não protegidos por leis trabalhistas e previdenciárias. Mesmo porque, não são todas as atividades consideradas informais que subsistem totalmente à revelia do aparato jurídico-institucional e sem qualquer tipo de reconhecimento oficial. Por outro lado, verificam-se, também, abusos no uso do termo formal, dado que os vários casos de funcionamento ilegal de empresas indicam a existência de grandes variações no nível e tipo de subordinação ao aparato jurídico-institucional.

No entanto, com todas as suas limitações, este critério contribui de alguma forma para estabelecer, a grosso modo, certas fronteiras, mesmo nebulosas, na pro-

dução urbana, à medida que a ausência de proteção e definição legal de um emprego regular e permanente se constitui em uma característica determinante das relações não tipicamente capitalistas de trabalho.

Clóvis Cavalcanti parte também da situação jurídica das atividades para incluí-las no setor formal ou informal da economia, embora considere também importante como referencial o nível de remuneração dos indivíduos e a forma como se processa sua ocupação. Ele parte do pressuposto de que a população que se encontra na classe de renda inferior a dois salários mínimos tende a se aglomerar nos espaços urbanos onde o custo de manutenção da família é reduzido e, por outro lado, a se ligar ao setor informal. Ao propor-se a estudar a oferta de mão-de-obra no setor informal, com base nesta população de baixa renda, e, em geral, segundo ele, residente nas áreas marginais dos centros urbanos, C. Cavalcanti tende a incorrer em uma análise do tipo circular, na qual uma situação dada não se explica senão por seus próprios efeitos.

Na tentativa de definir, operacionalmente, uma empresa informal, o autor reúne uma série de características, dentre as quais se destaca como critério fundamental o tamanho da unidade produtora, medido pelo número de indivíduos aí empregados. Utilizando este critério arbitrário, ele define como unidade informal aquela que reúne menos de 10 indivíduos. A arbitrariedade com que foi fixado este critério não se sustenta frente à realidade, uma vez que alguns setores capitalizados têm como prática a manutenção, em separado, de várias unidades produtivas de pequeno porte. Por outro lado, como justifica o próprio autor, ao agregar outros referenciais teóricos para a delimitação de um setor informal, existem também vários estabelecimentos de médio e grande porte que pertencem ao setor informal e que acabam sendo dele excluídos ao se utilizar este critério de classificação.

A contribuição deste trabalho parece residir no fato de constituir-se em uma tentativa de colocar em prática uma série de conceitos que, mesmo não se revestindo de um maior rigor teórico, visa à delimitação de um setor informal na área metropolitana de Salvador.

Tendo em vista os resultados desse conjunto de análises baseadas na categoria da informalidade, duas ressalvas importantes devem ser feitas. A primeira diz respeito à análise de P.R. Souza, o qual, a partir de um trabalho conjunto com Victor Tokmann — onde é definido o setor informal, a partir de uma pesquisa realizada em alguns países latino-americanos —, evolui rumo a uma metodologia de análise voltada à delimitação de atividades consideradas não tipicamente capitalistas no interior da economia urbana. A partir desta nova categoria de análise, ele constrói uma abordagem alternativa para o seu estudo, estabelecendo distintos critérios definidores para as atividades capitalistas e aquelas consideradas não tipicamente capitalistas.

No trabalho de P.R. Souza, encontram-se também importantes colocações que contrariam argumentos anteriores, relativos à contribuição das atividades não tipicamente capitalistas para o funcionamento da economia urbana. Ao negar uma série de argumentos comuns a vários dos autores aqui analisados, P.R. Souza cria

uma interessante polêmica acerca da necessidade dessas atividades para a expansão do capital. Sua idéia central gira em torno do fato de que a valorização do capital em um determinado tipo de organização não depende de sua valorização em outra forma, através de outros tipos de organização, mas sim das condições em que se realiza dentro de cada esfera produtiva.

A outra ressalva refere-se à análise de H. Coing, uma vez que ele parece avançar na interpretação do funcionamento das atividades não tipicamente capitalistas. Criticando os autores que vêem o setor informal como uma mera estratégia de sobrevivência e aqueles que, no outro extremo, o encaram como totalmente subordinado aos interesses do setor formal, Coing propõe um método de análise onde a diferenciação formal-informal seja vista como um processo resultante de um só e único movimento-criação de mais-valia, que cria e articula o seu pólo formal e informal.

Além disso, o autor descarta a possibilidade de um estudo acerca do setor informal fechar-se em si mesmo, isto é, permanecer somente na preocupação em definir o setor a partir de suas características internas, quais sejam, volume, tecnologia, modo de organização etc. A proposta alternativa consiste em defini-lo somente a partir de sua relação com o setor formal, dado que é esta relação que o determina. O exame do processo de valorização do capital permitirá descobrir, segundo ele, porque se dá a "divisão de trabalho" entre a produção capitalista e a não tipicamente capitalista e sob que dinâmica se regem. Por fim, tem-se a contribuição de J.R. Prandi que, ao definir seu objeto de análise como o conjunto de trabalhadores que desempenham suas tarefas com base, unicamente, no uso de sua força de trabalho ou da força de trabalho familiar, mostra como as categorias "trabalho assalariado" e "trabalho autônomo" implicam em formas distintas de inserção na estrutura produtiva e, conseqüentemente, em modos diversos de submissão ao capital. Prandi enfatiza o fato de o trabalhador por conta própria, ao não se constituir em agente direto da acumulação, tem sua exploração realizada em um circuito mais amplo da sociedade.

Concluindo, pode-se dizer, em termos gerais, que embora alguns autores avancem no sentido de superar determinadas dicotomizações analíticas, acabam incorrendo, com exceção de Prandi, em uma visão dual da economia urbana. A análise de Prandi parece avançar no sentido de transcender esta arraigada visão dualista. No entanto, deve-se considerar a ressalva, feita anteriormente, de que sua categoria de análise não é comparável às demais, uma vez que ela não se propõe a reunir todas as relações não tipicamente capitalistas de trabalho.

Deve-se ressaltar que alguns autores não chegam a questionar o uso da dicotomização setor formal-informal. Outros, como L.A. Machado da Silva, mesmo levantando esta questão, isto é, preocupando-se em evitar um tratamento mais polarizado do mercado de trabalho, acabam por estabelecer, graficamente, um "continuum" de empregos onde as ocupações formais e informais se localizam em extremos opostos. Outros autores, ainda, mesmo admitindo que o desenvolvimento do tipo capitalista compreende uma única lógica estrutural, o que impossibilitaria a polarização

das atividades econômicas, não conseguem, desprender-se, embora negando seu sentido original, da terminologia dualista, quer utilizando aspas para designar o arcaísmo ou a modernidade das atividades, quer usando os conceitos de setores formal e informal, ainda que a eles sejam atribuídas características adicionais.

Abstract

The main idea of the text is to define the economic segments considered socially marginal, thus trying to focus their importance in terms of urban occupation.

The purpose here is to resume certain aspects that have already been discussed in several other essays related to the same subject. The goal in mind is to identify which types of occupations are considered typical to the less privileged area of urban economy as well as analyze its functions and main characteristics.

Taking into account the atypically capitalistic production as the aim of investigation, it will be possible to detect a situation that characterizes the functioning of activities not based on employee labor.

This essay will eventually be completed by additional studies concerning the present subject and its principal aim is to proceed the discussion of themes related to the atypically capitalistic area of urban economy.

Bibliografia

- BRANT, V.C. Desenvolvimento agrícola e excedentes populacionais na América Latina (notas teóricas) **Estudos Cebrap**, São Paulo, Brasileira de Ciências, (14), 1975.
- CARVALHO, Inaiá de. **A produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador**. Recife, [s. ed.], 1978. (mimeo).
- CAVALCANTI, Clóvis. **Estratégia da sobrevivência da pobreza urbana: uma característica das atividades informais de Salvador — Bahia**. [s. n. t.] (mimeo).
- COING, Henri. **Pauvreté urbaine et secteur informal**. [s. n. t.] (mimeo).
- FARIA, Vilmar. Pobreza urbana e marginalidade. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Brasileira de Ciências, 1974.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha: análise do setor terciário no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1979. v. 5, t. 1.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebap**, São Paulo, Brasileira de Ciências, (2), out. 1972.
- PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo, Símbolo, 1978.
- SAFFIOTI, Heleieth J. B. Mulher, modo de produção e formação social. **Contexto**, São Paulo, Hucitec, (4), 1976.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Mercados metropolitanos do trabalho manual e marginalidade**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971. (Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Antropologia) (mimeo).
- SOUZA, Paulo Renato. **Duas "funções" da pequena produção mercantil na acumulação capitalista em economias atrasadas**. [s. n. t.] (mimeo).
- : **Salário e mão-de-obra excedente**. [s. n. t.] (mimeo).
- SOUZA, Paulo Renato & TOKMAN, Victor E. O problema ocupacional: o setor informal urbano. In: **AMÉRICA Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.